

ELLO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
P. da Independência - Tel. 362167 - L. de S. Domingos - LISBOA
Director: António J. Lavouras Lopes

Composto e impresso nas oficinas
EDITORIAL MINERVA
Rua da Alegria, 30 — LISBOA

Decreto-Lei dos Deficientes das F. A. AINDA NÃO PROMULGADO

EDITORIAL

Os golpes, os contra-golpes, as amostras de revoluções, ou as revoluções mesmo, podem chegar, partir, cair no esquecimento, ou passar à história, mas os povos permanecem, de geração para geração, de sofrimento para sofrimento, de luta pela sua subsistência, pela libertação daquilo que os oprime.

Quantas vezes a política passa ao lado dos trabalhadores, que, alheios, labutam no dia a dia. Em Portugal foi quase sempre assim. O povo, esse povo trabalhador dos campos e das oficinas ou de fábricas, «amassava o pão com o suor do seu rosto» e a política desenvolvia-se lá bem longe, nas suas costas, nos gabinetes dos seus patrões, dos seus governantes.

Em oito séculos de história, os trabalhadores portugueses atingiram, neste momento, o ponto máximo da prática política, da participação na transformação da sociedade, de molde a ser uma sociedade, mais sua, menos capaz de ser conduzida nas suas costas. Esta participação é uma conquista, é o significado vivo da existência de uma revolução. Os trabalhadores não podem perder esta conquista.

Comete erros o povo inexperiente? Com certeza. E os erros que cometeram os governantes que não consultavam o povo quando dos seus actos? As guerras que fizeram, as catástrofes que provocaram, os crimes que cometeram? — Quantas vezes evitados se o povo fosse chamado à participação na resolução dos problemas que surgiam.

Ninguém se pode opôr ao rumo da história. Regimes como o de Salazar, Franco ou Pinochet são autênticas aberrações do nosso tempo, assim como era o nacional socialismo de Hitler. A queda destes regimes foi e é inevitável. O povo trabalhador, o povo explorado, vive o seu momento histórico, como viveram o seu momento histórico os escravos de Roma ou os servos da gleba do feudalismo. Mas, se a transição entre as etapas históricas dos vários regimes de exploração dos fracos dantes era lenta, hoje é acelerada, a tomada de consciência hoje é rápida e é, sobretudo, irreversível. Embora os explorados do povo não o sintam, eles pressentem-no, pressentem a força que cresce nos operários e camponeses — a força da libertação. Os governantes e os exploradores das classes pobres não conhecem a força e vontade dos oprimidos de se libertarem, porque eles nunca foram oprimidos, nunca passaram fome, nunca andaram descalços, nunca foram humilhados, nunca viveram em barracas, nunca... Porque se tivessem passado fome, se tivessem sido humilhados, possuiriam o saber que as universidades não dão, o saber de governar com o povo.

Depois de se ter conhecimento, através de uma nota oficiosa, que o Governo havia aprovado o Projecto de Decreto-Lei dos Deficientes das Forças Armadas, e tendo a ADFA concluído, através do conteúdo dessa nota, que o Decreto havia sido mutilado na sua essência, a Associação tomou posição pública, exprimindo a sua intenção de não concordar com tal decisão governamental e de não a aceitar.

Em diligências efectuadas posteriormente veio a saber-se que o Projecto de Decreto-Lei aprovado pelo Governo não só não corresponderá ao fruto do trabalho em que os Deficientes haviam participado activamente, como se encontrava de tal modo alterado e remendado que a sua aplicação, como aliás já tinha sido referido num comunicado da Associação, seria difícil, senão impossível, tal o atabalhoado, imperfeito e inconsequente trabalho que a comissão interministerial, para o efeito nomeada, havia executado. Recorde-se que o Gabinete do Ministério da Defesa Nacional, que deveria ter feito parte dessa comissão, não chegou a trabalhar na mutilação do Decreto. Veio sim, mais tarde, dar uma forma correcta e inteligível àquilo que o Governo havia decidido que figurasse como Lei.

Depois de ter conhecimento da redacção final fixada pelo Governo, a ADFA assumiu uma posição pública de não aceitação do teor desse Decreto-Lei e emitiu o seguinte comunicado que distribuiu pelos órgãos de informação:

A ADFA esclarece a classe operária, os camponeses, os órgãos de poder popular, os soldados e os marinheiros e todo o povo trabalhador do seguinte:

1 — Os Deficientes das Forças Armadas continuam e continuarão a sua luta contra a exploração e a marginalização a que desde sempre têm sido votados pela burguesia capitalista.

2 — Os Deficientes das Forças Armadas lutam pela conquista de um Decreto-Lei, elaborado pelo Ministério da Defesa Nacional, durante cerca de 9 meses, com a colaboração da ADFA, que na altura, ao ser entregue ao C. R., mereceu da parte deste a aprovação, assim como um louvor do CEMGFA e ampla aprovação de vinte e uma (21) Entidades Governamentais a quem foi enviado.

3 — Os Deficientes das Forças Armadas repudiam e denunciam a atitude do VI Governo, que, ao nomear uma Comissão de Juristas, cozinhou em dois dias um Projecto de Decreto-Lei, sem para tal ter consultado a ADFA, projecto este que em nada tem a ver com o projecto elaborado pela ADFA e pelo Ministério da Defesa Nacional.

4 — Os Deficientes das Forças Armadas, ao tomarem conhecimento que o Projecto de Decreto-Lei está na iminência de ser aprovado e publicado, afirmam estarem

Depois de contactos com entidades próximas do Conselho da Revolução, no sentido de manifestar junto daquele órgão de poder político-militar a necessidade que os Deficientes tinham de que o Decreto-Lei fosse repensado, pois assim não poderia ser aceite, a Direcção da Associação enviou ao C. R. um ofício de que se destaca a seguinte passagem:

Por informações não oficiais, sabemos que o projecto de Decreto-Lei elaborado pelo Governo está na iminência de ser aprovado e publicado. Tal medida é inacei-



No conforto deste Palácio destruíram os Srs. Ministros do Governo Provisório em poucos minutos, todo o trabalho que a ADFA teve durante meses, na elaboração do projecto de Decreto-Lei dos Deficientes das Forças Armadas

na disposição de encetarem novas formas de luta, desta vez mais radicais, pela conquista dos seus direitos.

5 — Conscientes do grave momento político-militar que o País atravessa, em que a burguesia fascista aliada a oficiais contra-revolucionários se preparam para desferir um rude golpe sobre as massas trabalhadoras, os Deficientes das Forças Armadas continuam ao lado do povo explorado e oprimido, e todos juntos, organizados nos seus órgãos representativos, caminharemos decididamente para a Revolução Socialista, para a conquista do Poder.

tável pela ADFA e pelos Deficientes, que estão dispostos a recorrer a todas as formas de luta para que os seus direitos e reivindicações não sejam espezinados. Por isso mesmo a Direcção da ADFA solicita encontro urgente com o Conselho Superior da Revolução para que o problema possa encontrar uma solução rápida e justa, numa última tentativa de evitar um novo conflito e um agravamento, ainda maior da tensão social existente.

Por nota de 25-11-75, do Serviço de Apoio ao Conselho da Revolução foi informada a ADFA que o Decreto-Lei dos Deficientes das Forças Armadas não será promul-

gado sem que primeiro seja ouvida uma comissão da ADFA em conjunto com uma comissão do Ministério da Defesa Nacional.

Os trabalhos referentes ao cumprimento do estabelecido nesta nota ainda não tiveram início. Espera-se que de um momento para o outro os representantes da Associação sejam chamados para apresentarem os pontos de vista que defendem, que, aliás, são já sobejamente conhecidos.

ENTREVISTA
NO LAR MILITAR
Págs. 4 e 7

REABILITAÇÃO NA ALEMANHA

FOI OPORTUNAMENTE REFERIDO EM NÚMEROS ANTERIORES DESTA JORNAL A DESLOCAÇÃO À REPÚBLICA FEDERAL ALEMÃ DE TRÊS ASSOCIADOS DA A. D. F. A. • A ESTADIA NA ALEMANHA FOI DE TRÊS MESES, TENDO JÁ REGRESSADO, NO PASSADO DIA 11 DE NOVEMBRO. • OS CONHECIMENTOS QUE ADQUIRIRAM EM CONTACTO COM TÉCNICAS DE RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO NESSE PAÍS CONTRIBUÍRÃO MUITO PARA O PROSSEGUIMENTO DOS TRABALHOS EM QUE A A. D. F. A. ESTÁ EMPENHADA NESSE CAMPO. • SEM PREJUÍZO DE POSTERIORES REFERÊNCIAS A ESTA VIAGEM E ÀS SUAS CONCLUSÕES, PASSAMOS A REFERIR ALGUMAS DAS PASSAGENS MAIS IMPORTANTES DO RELATÓRIO ELABORADO PELOS DEFICIENTES AGORA REGRESSADOS:

Chegámos a Hamburgo, ao Hospital Militar, onde normalmente se encontram sempre dez deficientes portugueses em recuperação para colocação de próteses.

Vimos neste Hospital toda a assistência com que são tratados os nossos deficientes, quer no aspecto de adaptação às próteses como no sector de ginástica própria para amputados.

Tivemos, aqui, a informação de que todos os amputados dos membros inferiores deveriam ter, sempre, assistência de massagista, visto terem, estes deficientes, graves problemas de coluna derivados da sua condição de amputados.

Visitámos, ainda, em Hamburgo um Centro de Reeducação Profissional que tem a função de reeducar todo o deficiente para uma nova profissão desde que a sua condição física ou psíquica não lhe permita exercer a antiga profissão.

Este Centro é pago pelo Estado e os internados, que podem ir até aos 1050, vivem nesse Centro durante dois ou três anos, conforme a duração do curso profissional, recebendo alojamento e alimentação grátis e também um subsídio do Estado que normalmente é baseado numa percentagem sobre o seu antigo vencimento.

Podemos acrescentar que o Centro está apetrechado com todo o conforto necessário para que um deficiente possa viver nele durante esses dois ou três anos.

Esse Centro tem ainda a preocupação de arranjar colocação profissional para que o deficiente ao terminar o seu curso seja imediatamente colocado num sector de trabalho.

Tivemos a oferta para que dez ou quinze deficientes portugueses pudessem deslocar-se a este Centro e fazer o mesmo estágio, gratuito, ficando assim aptos a desempenhar uma profissão que se adapte à sua condição de deficiente.

Visitámos, ainda em Hamburgo, um Hospital de acidentados, tendo-nos sido possível verificar toda a assistência médica, terapêutica e ginásica que ao doente é aplicada.

Também, aqui, nos foi oferecida a possibilidade de dois camaradas nossos se deslocarem a esse Centro para um curso de fisioterapia de amputados e paraplégicos.

Viajámos de Hamburgo para Koblenz onde nos encontramos com o director de uma clínica de neurologia em Vallendar, 14 km a norte de Koblenz.

Nesta clínica foi-nos dado observar como é efectuado o tratamento a pessoas que, depois de sofrerem um acidente, são operadas ao cérebro, ficando com dificuldades em falar, pensar e movimentar-se.

Existe nesta clínica toda uma equipa de técnicos terapeutas, psiquiatras e massagistas.

Aqui o doente aprende a falar num circuito de televisão interno, em que a imagem do *écran* é precisamente a sua boca. Esta clínica pertence a uma Organização Internacional de Neurologia cuja bandeira é de fundo azul com doze estrelas amarelas em círculo correspondentes aos doze países inscritos.

O director da clínica, assim como os de todas as clínicas deste tipo na Alemanha, é um homem que há uns anos atrás teve igual problema, estando hoje perfeitamente recuperado e apto a dirigir uma clínica desta envergadura, demonstrando assim, até que ponto todo o deficiente psíquico pode ser recuperado para a vida profissional.

Seguimos de Vallendar para Braunsfels, visitando mais uma clínica de neurologia do mesmo género.

Também aqui o director é um ex-paciente

Fomos vistos por dois médicos que depois de verificarem as nossas condições físicas, receitaram-nos ginástica e massagens, pelo que durante uma semana fomos tratados como doentes, apercebendo-nos assim, de toda a organização e do modo como são tratados os pacientes desta clínica.

Verificámos ainda que grande percentagem de internados eram oriundos da 2.ª Guerra Mundial, que, devido a rebentamentos de bombas, ficaram com problemas cerebrais, sendo no entanto homens normais que só necessitam de tempos a tempos uma pequena estadia numa destas clínicas para repouso e tratamento.

Durante duas semanas estivemos em visita a um hospital de onze andares, tendo um anexo de quatro estações, sendo uma delas para paraplégicos e tetraplégicos.

Foi-nos possível acompanhar pormenorizadamente toda a recuperação destes doentes, sendo-nos dado observar todo o sistema a que estão sujeitos os mesmos.

Verificámos que o paraplégico e o tetraplégico depois de lhes ser aplicada bastante ginástica e muito treino está preparado para a sua vida normal de cidadão.

Foi com imensa admiração que vimos paraplégicos com paralisia parcial dos membros superiores nadarem sozinhos numa piscina, deslocarem-se sozinhos com a cadeira de rodas, fazerem trabalhos em verga (ex.: cestos para papéis, molduras para espelhos, etc.), bordarem sarapilheira com lã, jogarem ténis de mesa, comerem sozinhos, etc..

Vimos paraplégicos que andavam bastante bem com o auxílio de aparelhos e canadianas, tendo um deles paraplegia incompleta (acidente em 29-6-75, caiu numa árvore, duas mãos fracturadas e a 6.ª vértebra fracturada, 20 anos de idade), este homem caminha sozinho dentro de água e segundo a opinião do professor de ginástica e das fisioterapêuticas ele irá a andar sozinho e sem auxílio de aparelhos, para casa, no Natal.

Tivemos ainda a oferta do professor de ginástica para paraplégicos e tetraplégicos, de se deslocar a Portugal para dar um curso da sua especialidade.

Visitámos um Centro de repouso dos cegos de guerra em Bad Berleburg.

Neste Centro os cegos de guerra passam as suas quatro semanas de férias fazendo ginástica, natação e aprendendo a trabalhar em novas profissões (ex.: cerâmica, massagista, verga, etc.).

Aqui conhecemos o presidente da Organização, cego e amputado dum membro superior, que antes da guerra era sapateiro e que hoje, após ter ficado deficiente, é jurista, tendo um lugar, no Ministério, como advogado.

Tivemos também a oportunidade de conhecer outro cego bi-amputado dos membros superiores, dr. Fromann, que antes da guerra trabalhava na construção civil, e que hoje, após ter ficado deficiente, é igualmente jurista.

Conhecemos também um cego bi-amputado dos membros superiores que se dedica a inventar aparelhos ou adaptações para poder comer, telefonar, trabalhar, e outros, sozinho.

Todos estes cegos amputados têm a particularidade de terem sido operados nos cotos, ficando com uma pinça nos mesmos, o que lhes facilita imenso o poder de utilização dos seus membros amputados.

Visitámos em Marburgo uma escola de cegos e futuros cegos, que é deveras impressionante, dada a técnica utilizada para o ensino dos mesmos. Nesta escola existe ainda uma fábrica de máquinas de escrever Braille, que, como pudemos verificar mais tarde, ao longo de trinta dias de convivência com cegos, se torna uma companheira indispensável para todos aqueles que trabalham em escritórios, em estações, dos correios e telefones, para advogados, professores, etc..

Seguidamente visitámos Stuttgart onde existe uma delegação dos cegos de guerra, que se encarrega de fornecer material de trabalho, a todos os cegos, recolher os produtos manufacturados e dar-lhe o respectivo destino de venda.

Aqui pudemos trocar impressões com o presidente da Organização, dr. Sonntag, que nos disse estar a sua Organização disposta a ajudar-nos em tudo o que nós precisássemos, para o que bastaria entrarmos em contacto com ele, sugestão que aqui aconselho ser posta na prática, pois muito poderiam aprender os nossos cegos com todos os conhecimentos que eles, cegos alemães, obtiveram ao cabo de trinta anos de deficiência.

Conhecemos também um outro cego, Herr Heinz Everaers, que depois de longas e preciosas trocas de impressões connosco, mostrou o desejo de viajar até Portugal, para visitar a nossa Associação e inteirar-se de todos os problemas com que lutamos, podendo assim aconselhar-nos melhor sobre a nossa forma de luta e de reintegração profissional.

Ainda nos foi dado visitar uma biblioteca sonora de características deveras impressionantes, pois tem mais de 2300 livros traduzidos para *cassettes*.

Todos os meses traduzem e enviam para todos os cegos, as Selecções do *Rieders Digest* e a *Stern*, não pagando qualquer taxa postal em todos os envios de *cassettes*.

Seguidamente visitámos Dortmund, onde nos foi possível ver, mais uma escola para cegos, em Soest.

Igualmente vimos um cego a vender selos numa estação dos correios e um outro bi-amputado das mãos, a trabalhar como telefonista numa fábrica de aço.

Em escritórios, centrais e recepção de reclamações telefónicas, foi-nos proporcionado ver cegos trabalhando em todos estes locais, sendo-lhes, neste caso, o trabalho bastante simplificado com a ajuda dum pequen máquina, do formato e tamanho dum livro de cerca de 800 páginas, que utilizam para escrever Braille em estenografia.

Infelizmente, por falta de tempo, não nos foi possível visitar a escola de massagista para cegos, considerada a profissão mais adequada para estes, no entanto foi-nos dito pelo chefe da Delegação, Herr Heinz Hochfeldt, que se fosse nosso desejo, poderíamos enviar, para a dita escola, cinco cegos nossos, bastando para tal que eles aprendessem alemão e fazermos os contactos necessários para o seu transporte nos aviões da Força Aérea Alemã, já que a estadia, alojamento e alimentação, estariam a cargo da Organização dos cegos de guerra da Alemanha.

Em Berlim, visitámos uma escola, igualmente, de cegos, com o pormenor de os alunos, crianças entre os 4 e os 18 anos, morarem bastante longe desta e bastante separados uns dos outros, pois Berlim é bastante extensa, razão que obrigou o Governo Alemão a contratar cerca de vinte táxis para todos os dias se deslocarem, de manhã, a casa dos alunos transportando-os para a escola e, à tarde, levá-los de regresso a suas casas, ficando assim a escola muito dispendiosa para o Estado, mas que segundo nos foi afirmado pelo professor, igualmente cego, Herr dr. Dieter Liepe, é actualmente a única solução viável.

Este professor é também um cego de guerra que antes da dita era apenas um simples estudante de 18 anos. Depois de ter ficado com a sua deficiência estudou imenso e hoje, além de ser professor universitário de história universal e arqueologia, tem como passatempo estudar a idade e origem de pedras que encontra nas escavações que faz aquando das suas férias no Egipto, em Israel e em outras partes do Mundo.

Com ele visitámos um outro cego, apenas dois dedos na mão direita e três na esquerda, que tem em seu poder um aparelho do qual já tínhamos ouvido falar e que tem por nome HOPTACON.

Esse aparelho, segundo nos foi dado observar e fotografar, permite que esse cego possa estudar num livro de escrita normal, já que lhe é transmitido a um dos dedos, por um complicado sistema electrónico, impulsos eléctricos que ele está apto a traduzir.

Este aparelho foi-lhe dado pelo Governo Alemão, depois, de se ter estudado as possibilidades de ele o utilizar com fins positivos, tendo-se chegado à conclusão que sendo um homem novo, cerca de 35 anos, com pouco tacto para ler Braille e com capacidade de assimilação bastante boa, era esta a melhor maneira de ele se valorizar intelectualmente.

Tudo isto nos foi dado ver pelo Herr dr. Liepe que como todos os cegos disse estar pronto a contribuir com os seus conhecimentos em prol dos deficientes portugueses.

No final da visita a todos os Centros dos cegos de guerra alemães, recebemos por correio um grandioso volume com preciosos livros sobre a reabilitação dos mesmos, que nos foi enviado, a nosso pedido, pelo secretário da Organização, Herr Schäfer, que demonstrou, em conversa tida connosco anteriormente, grande interesse pela nossa luta de reabilitação.

Em 1 de Novembro chegámos a Köln onde ficámos a viver num Centro de reeducação profissional do género já visitado em Hamburgo.

Aqui visitámos um grandioso Centro desportivo, onde são preparados os futuros professores de ginástica medicinal para deficientes.

Pudemos ver como é feita a recuperação de paraplégicos, espasmódicos e muito em especial de crianças, que, devido a um medicamento ingerido pelas mães quando no seu estado de gravidez, nasceram sem membros ou com eles mais curtos.

Todas estas crianças estudam numa escola especialmente construída para elas e onde lhes é ministrada ginástica apropriada para a sua condição física.

(Continua na pág. 3)

VIDA ASSOCIATIVA

● SECÇÃO DE PROCURA E OFERTA DE EMPREGO

Na nossa Secção de Procura e Oferta de Emprego tem-se desenvolvido toda uma prospecção dentro do mercado de trabalho e ao mesmo tempo colocado os associados desta ADFa em empregos que estão de acordo com as suas capacidades físicas e intelectuais. No entanto, por carências de vária ordem, a nossa actividade, tanto em colocações como em assistência aos colocados, tem sido apenas na zona de Lisboa e pouco mais. No intuito de dilatar essa actividade até às mais remotas zonas do País, começamos a publicar no ELO uma relação de camaradas que, por terem profissões específicas e as desejarem exercer fora de Lisboa, tem tido mais dificuldades com a sua colocação em lugares compatíveis:

Rafael Lalissuc, Dactilógrafo, deseja colocação em Leiria;

Joaquim Carvalho Araújo, Dactilógrafo, deseja colocação na Beira Baixa;

José Maria das Neves, Electricista, deseja colocação em Oeiras;

Eduardo José P. Maneta, Empregado de Escritório, para a zona do Fundão;

José Correia da Ascensão, Intérprete de Línguas, para Setúbal ou Lisboa;

Celso Rodrigues Madeira, Vigilante ou Contínuo, para Setúbal ou Almada;

Francisco Simão C. Janeiro, Empregado de Escritório, para a zona de Lisboa;

João Francisco Sorna, Contínuo ou Porteiro, para a zona da Moita;

João António G. Cachucho, Electrónica, deseja colocação em Sacavém;

Fernando Rosinha Gonçalves, Empregado de Comércio, para a zona de Lisboa.

As Empresas que nas zonas em que os nossos camaradas desejam colocação, e que estejam interessadas em colocá-los nos seus serviços, solicita-se que respondam à Redacção do ELO, Palácio da Independência, Largo de S. Domingos, Lisboa-2.

● REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA DELEGAÇÃO DO PORTO EM LISBOA

Na sequência da criação e estruturação da Divisão Geral de Reintegração Social na A. D. F. A., deslocaram-se a Lisboa, no passado dia 19, os responsáveis pelos serviços de reabilitação, dinamização e educação e cultura da Delegação do Porto, serviços que passam a constituir a Divisão agora criada. Recorde-se que a Delegação do Porto tem ao seu serviço um médico especialista em matéria de reabilitação, com larga experiência e conhecedor de métodos e técnicas de vários países mais virados para a questão da integração social que Portugal, pelo menos até agora. O médico, trabalhador da Associação no Porto, deslocou-se também a Lisboa, onde pôs os camaradas

da Sede ao corrente dos planos e perspectivas para a Delegação do Norte, assim como dos trabalhos já realizados, com referência especial para o Posto Clínico, do qual damos notícia noutra local deste jornal.

A reunião a que estamos a fazer referência foi a primeira de uma série de reuniões interdelegações, sempre na tentativa de se conseguir, dentro da A. D. F. A., um desenvolvimento homogéneo, ao mesmo tempo que descentralizado, de que venham a beneficiar de modo tanto quanto possível igual o Deficiente das Forças Armadas de Bragança e o Deficiente que mora no Rossio em Lisboa. Se às perspectivas e planos corresponder uma efectiva concretização, esta Associação orgulhar-se-á de um verdadeiro trabalho revolucionário a nível nacional.

● ASSISTÊNCIA MÉDICA

No último número publicámos uma notícia enviada da Delegação do Porto referente à criação de um posto clínico. Esse posto clínico, que agora funciona na Delegação Nortenha, é, de facto, uma autêntica policlínica, capaz de suprir as carências e dificuldades de assistência médica com que os Deficientes das Forças Armadas e beneficiários da Pensão de Preço de Sangue, lutam, assim como das respectivas famílias. Na sede, em Lisboa, à semelhança do Porto, prosseguem os trabalhos conducentes à criação de estruturas internas de assistência médica e medicamentosa, que, articuladas com o Hospital Militar Principal, facultem a todos os Deficientes das Forças Armadas e suas famílias, assim como aos beneficiários da Pensão de Preço de Sangue e suas famílias, assistência médica gratuita e eficiente.

A esta iniciativa presidiu, como aliás a todas as iniciativas da Associação, um espírito socialista virado para a solução dos problemas que afligem os sectores mais desfavorecidos da colectividade. Pensa-se, inclusivamente, se para tanto houver capacidades, na possibilidade de a ADFa alargar os benefícios dos seus serviços (muito concretamente a assistência médica e medicamentosa) a certos sectores de deficientes civis.

● REUNIÕES DE TRABALHO DAS TERÇAS-FEIRAS

Há actos que se realizam, se repetem e passam depois a assumir carácter de tradição.

Foi o que aconteceu com as reuniões de trabalho das terças-feiras na A. D. F. A..

As primeiras reuniões de trabalho, logo após o 25 de Abril, onde se discutiu a forma e nome da Associação, tinham lugar diariamente, durante um certo período, passando depois a realizar-se semanalmente, às terças-feiras. Desde essa altura até agora nunca deixaram de se realizar. Continuam no Palácio da Independência e constituem uma das expressões mais democráticas e populares da Associação. É aí que as opiniões se chocam ou fundem, que as ideologias aparecem, que as ideias jogam, os espíritos enriquecem e a Associação, sobretudo, evolui.

A partir deste número do ELO, passaremos a fazer referência aos aspectos mais significativos das reuniões que decorrem entre a publicação de cada número do Jornal.

No dia 18 de Novembro, terça-feira, teve lugar mais uma das habituais e tradicionais reuniões de trabalho. Começaremos por salientar que o número de sócios presentes era bastante reduzido, facto que se tem vindo a assinalar de há uns tempos a esta parte e que passou já a constituir uma das preocupações fundamentais do Departamento de Dinamização, aspecto que, aliás, fez parte da própria matéria da reunião, fazendo-se sentir aos sócios presentes a necessidade de se integrarem num espírito colectivo e associativista, trazendo os outros camaradas às reuniões e fazendo delas, numa perspectiva de militância, a base da evolução e projecção da Associação. Para além deste aspecto, a reunião foi dominada totalmente pela discussão do Projecto de Decreto-Lei dos Deficientes das Forças Armadas.

A Direcção deu a conhecer aos associados o teor do Decreto aprovado pelo Conselho de Ministros e «arranjado» pelo Ministério da Defesa Nacional. Esta informação gerou uma posição firme dos sócios de que tal Decreto jamais deverá ser aceite pela A. D. F. A., e que se deverá de imediato dar cumprimento ao estabelecido pela última Assembleia Geral Extraordinária, ou seja a realização de uma grande manifestação exigindo a aprovação do Decreto com a redacção que havia sido acordada entre o Ministério da Defesa Nacional e a Associação. Os sócios presentes manifestaram descontentamento pelo facto de a Direcção não ter tomado logo no Ministério da Defesa uma posição de repúdio e não aceitação do teor do Decreto, na reunião que aí havia realizado com os responsáveis desse Gabinete.

Como conclusão da reunião salienta-se a determinação dos sócios presentes de não aceitarem que o Decreto mutilado pelo Governo lhes seja impingido e de enveredar por formas de luta bem definidas, se necessário for, para exigir a publicação do Decreto-Lei que havia sido aprovado pelo Conselho da Revolução.

A reunião de terça-feira, dia 25, começou por uma informação de um elemento da Direcção sobre a situação do Decreto-Lei dos D.F.A..

Como não havia mesa constituída porque os elementos da Direcção se recusaram a secretariar a reunião, pois segundo eles eram os réus de acusações de vária ordem em todas as reuniões, surgiu uma proposta do Associado Fernando Barros que propunha que a composição da mesa fosse votada antes de iniciar a reunião.

Esta proposta foi aceite à mesa para discussão, no entanto houve várias posições contra ela, pois que na Sede da Associação deve ser sempre a Direcção a secretariar as reuniões de terça-feira.

Esta proposta não chegou a ser votada. Entretanto, dado o momento que se vivia (foi nessa mesma noite que foi declarado o Estado de Sítio), a reunião acabou por não seguir o seu curso normal.

No dia 2 de Dezembro, terça-feira, deveria realizar-se a habitual reunião de trabalho na Sede da Associação. Por determinação da Direcção, alegando não existir sala à disposição, a reunião não teve lugar.

Reiterando a nossa ideia de que as reuniões são, além de necessárias, imprescindíveis, deixamos aqui uma crítica à Direcção, pois não achamos justificáveis as razões alegadas para a não realização da habitual reunião.

Reabilitação na Alemanha

(Continuação da pág. 2)

Todas elas praticam desporto, principalmente natação, independente de ser mais ou menos deficiente.

O professor desse Centro disse conhecer o nosso Centro de Alcoitão, e segundo a sua opinião esse Centro reúne todas as condições necessárias para a reabilitação do deficiente, e que só lamentava que os nossos técnicos não se interessassem verdadeiramente por essa reabilitação, estando ele e alguns seus camaradas na disposição de se deslocarem a Portugal para trabalharem connosco e entretanto irem à Alemanha camaradas nossos especializarem-se nesse sector.

Já no final da nossa visita, fomos levados a Bona para uma entrevista com o Ministro da Defesa Alemã que, depois de uma longa entrevista baseada nos conhecimentos obtidos durante a nossa estadia na Alemanha, perguntou-nos qual as conclusões a que tínhamos chegado e qual o método que iríamos adoptar para a reabilitação de deficientes em Portugal.

Respondemos-lhe que planos tínhamos nós muitos, mas que nos faltava o apoio técnico e financeiro, visto o nosso Governo desculpar-se constantemente com a falta de dinheiro.

Ele admirou-se bastante com a nossa resposta e disse que o Governo Federal Alemão depositou em nome do Governo Português a quantia de 70 milhões de marcos exigindo, para o seu levantamento, a apresentação dos projectos a que se destina esse dinheiro, o que ainda não foi feito pelo nosso Governo, tendo até afirmado que, quando o General Fabião se deslocou à Alemanha, eles esperavam que ele pudessem explicar a razão porque Portugal ainda não tinha apresentado qualquer vontade de utilizar esse dinheiro, explicação que na realidade não foi dada, tendo o Ministro alemão ficado com a impressão que Portugal não necessitava de dinheiro.

Depois de ouvir estas afirmações, que nos deixaram deveras desconcertados, afirmámos-lhe ter a nossa Associação um esquema elaborado para a construção de um Centro de deficientes, com piscina, terapêutica, massagem, cantina, enfermarias, oficina de próteses, parque de jogos e tudo o que necessita um verdadeiro Centro de Reabilitação.

Como resposta às nossas declarações, foi-nos afirmado que se esse projecto fosse apresentado pelo Governo Português ao Governo Alemão, que o dinheiro seria levantado para a concretização do mesmo e que era da sua opinião ser uma boa utilização desse empréstimo feito a Portugal.

Entrevista no Lar Militar

DECLARAÇÕES DE QUATRO DEFICIENTES DAS F. A. NA IMINÊNCIA DE CONTINUAREM MARGINALIZADOS

Fomos ao Lar Militar, onde se encontram internados algumas dezenas de Deficientes das Forças Armadas, alguns em situações difíceis, que não foram resolvidas durante o regime fascista, e nos quais, quando do 25 de Abril, se verificou o nascimento de uma esperança — uma esperança de viver e superar a sua situação de limitado a um lar colectivo, fora do seio da família, fora do trabalho, marginalizados pela sociedade. Seguiram de perto e com comparticipação, todo o trabalho que a ADFa desenvolveu para a criação de

no mato, vinha-se restabelecer para o que era? Era para voltar para lá novamente, e agora dizem que a gente não tem direito a pensão. Eu acho que a gente logo que assente praça devíamos ter direito, caso ficássemos deficientes, por estarmos, como estávamos, ao serviço do Exército. Vim para cá, estive sete anos no Anexo sem reabilitação nenhuma. Ao fim de sete anos vim para o Lar — vai fazer dois anos em Dezembro — pagaram-me até 1967. Daí até Junho de 1973, deixaram de me pagar. Mandei reabrir o meu Processo e pagaram-me desde Junho de 1969 a Julho de 1973. Ficaram dois anos em branco desde 67 a 69, depois continuaram a pagar-me até ir à Junta, pagaram-me como se estivesse no Ultramar, portanto, os 900\$00 por mês. Fui à Junta e disseram-me automaticamente na minha Unidade, que é o RAC, que não tinha direito a pensão. Ora, eu pergunto o motivo por quê. Estive

DIREITOS IGUAIS

Acho que logo que a gente assentasse praça os direitos, em caso de acidente, deviam ser os mesmos, estamos todos debaixo do mesmo domínio, deixámos de exercer a nossa própria profissão para exercer outra, diziam eles que era ao serviço da Pátria. Eu acho que desde que saímos do seio da nossa família tínhamos todos os mesmos direitos.

Diziam que todos íamos lutar por uma coisa que era nossa. Ora, eu acho que o 25 de Abril já deveria ter vindo há muito tempo, porque nós não lutávamos por aquilo que era nosso. Já em casa não tinha nada, nem terras nem prédios, por isso eu saía do seio da família para ir ganhar aquilo que chegasse para o sustento da minha família e agora não posso.

Amílcar Amâncio Gonçalves, Furriel Miliçiano, ferido em Lamego, em 25 de Julho de 1961:

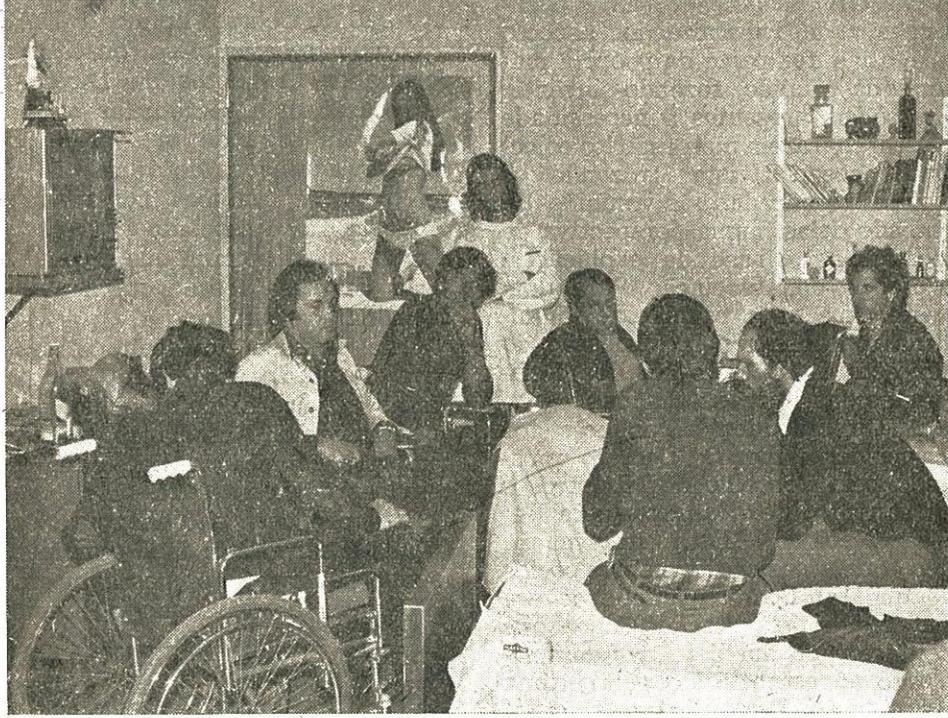
Bem, eu devo dizer que fui furriel miliçiano por imposição, pois eu servi o meu tempo de tropa num período em que os movimentos de libertação das ex-colónias ainda não tinham iniciado a luta justa de libertação dos seus povos, mas aconteceu que acabando o meu tempo regulamentar de tropa em Outubro de 1960, passados poucos meses, rebentou essa nefasta guerra e acontece que tendo acabado o meu tempo normal há tão pouco tempo eu fui obrigado, passados nove meses depois de ter saído da tropa, a ser novamente integrado nas Forças Armadas, no novo exército que ia combater esses Movimentos de Libertação. Estive três dias sem me apresentar, quando fui convocado, e a Polícia foi-me buscar a casa e apresentou-me na Amadora, onde pertencia. Mandaram-me depois para Lamego e aí, recebi instrução porque não estava preparado e fui para os caçadores especiais onde tinha instrução de dia e de noite, pois os toques para serviço eram a qualquer hora da noite ou do dia. Depois de 10 dias da minha permanência em Lamego, um dia, depois da instrução, cheguei ao quartel completamente porco, sem qualquer limpeza. Não havia água no quartel e eu fui tomar banho ao rio. Fui tomar banho ao rio devidamente autorizado pelo comandante, como ele reconheceu num documento que me passou. O que é que aconteceu? O acidente deu-se e eu fico incapacitado com 100% de incapacidade, tetraplégico, mais propriamente. De Lamego sou recambiado para o Hospital do Porto. Nunca mais vi ninguém ligado à unidade militar, nem à minha unidade de origem. Nunca mais vi ninguém ligado ao meu serviço militar. Passado um ano, eu sou transferido

grandes deficientes e sem qualquer pensão, e o General Costa Gomes respondeu-me que a legislação militar em vigor era precisamente a mesma de antes do 25 de Abril, não previa solução para estes casos.

Que agora havia um Governo do Povo e para o Povo e que iam fazer todos os possíveis para que aqueles que não tinham pensão nem qualquer subsídio fossem analisados por esse tal Governo que diziam que era para o Povo. O que é que acontece? Ninguém viu estes casos, ninguém se levantou nem ninguém falou, inclusivamente, eu fiz um requerimento isolado e pessoal ao então Ministério da Defesa. Se no tempo do fascismo eu tinha uma resposta aos meus requerimentos, depois do 25 de Abril nem uma resposta tive.

APOIAMOS A LUTA CONFIANTES QUE ATRAVÉS DA ASSOCIAÇÃO E ATÉ IMPULSIONADOS PELA FORÇA POPULAR VIÉSSEMOS A SER ABRANGIDOS

Houve depois o levantamento dos DFA a nível Nacional constituído na sua Associação própria que elaboraram um Decreto em conjunto com o Ministério da Defesa Nacional. Esse Decreto em princípio abriu-nos novas perspectivas e vinha-nos dar novas esperanças, pois, quanto a mim, não era totalmente perfeito porque permitia apenas uma pequena abertura aos militares, que estavam marginalizados. A parte que se deixava aberta a esses militares, permitindo-lhe o nexo de causalidade entre serviço e acidente era de facto uma abertura. Acontece pois que a malta toda se levantou, apoiámos a luta, confiantes que através da Associação, e até impulsionados pela força popular, pois, nós viéssemos a ser abrangidos. Chegámos à altura do VI Governo Provisório e o que é que se passa? O Decreto da ADFa foi aprovado no Conselho de Ministros. Eles disseram que na generalidade, mas em que termos? Vem continuar a marginalização. E ainda mais, marginalizando-nos muito mais, porque vem dar ainda mais àqueles que já têm algum e nós que não temos nada continuamos sem um tostão, sem nada, absolutamente nada. Sem um seguro, sem uma pensão, sem nada. Eu pergunto aos militares de agora, que estão numa fase de alterações, num momento revolucionário, por isso as medidas têm que ser todas revolucionárias, tem que ser tudo alterado, o que é que estão à espera para alterarem a tal legislação militar antiga. Eu quando fui para a tropa e saí não foi preciso nada do Governo, pois eu saí bom. Depois de cumprir 18 meses nunca me deram nada, mas saí bom. Fui chamado novamente, saí mutilado, com uma incapacidade de 100% e nunca me deram um tostão. Pois agora tenho que forçosamente pedir a esses indivíduos, ao Governo, ao Conselho da Revolução ou às Forças Armadas, que olhem à minha situação, porque eu não fui para Lamego por motivos da minha vida particular, eu fui para Lamego porque eles me impuseram. Portanto, se estava em serviço e estava em Lamego porque eles quiseram, eu também devia estar em serviço em Lamego para efeitos de ser abrangido por qualquer pensão ou qualquer seguro. É isto que eu tenho para dizer.



Aspecto do quarto onde se efectuou a entrevista

nova legislação. Entretanto, com as últimas posições do Governo de não aceitar o projecto de Decreto-Lei elaborado com a participação da Associação, esta situação alterou-se e eles, como directamente interessados, melhor, lesados com essa atitude governamental, têm muito a dizer.

Ouvimos quatro deficientes. Todos eles se deslocam em cadeiras de rodas, paraplégicos e tetraplégicos, tendo que viver no Lar por dificuldades que mais adiante eles próprios apontam, não podendo viver com as suas famílias, delas estando, pois, mercê das circunstâncias, afastados.

Reinaldo de Sousa Castelar, 1.º Cabo do RAC, ferido em Angola, em 1967:

Eu fui para Angola em Maio de 1966. Na minha unidade não tínhamos condições nenhuma. Os lençóis eram os panos de tenda. Viemos de uma operação de 45 dias, ou seja de mês e meio, chegámos à unidade e continuámos a não ter água e não tínhamos lençóis nem nada. Chegámos à Unidade já exaustos, pois fora uma operação de mês e meio e deram a cada 10 ho-

seis anos sem receber, depois pagaram-me quatro anos juntos e desde que fui à Junta deixaram de me pagar esse vencimento porque não tinha direito a pensão, quando eu andei na zona de guerra, pois costumava-se dizer nesse tempo que a gente ia defender aquilo que era nosso, se eu na minha aldeia nem tenho um bocadinho de terreno, longe ia ter? Não!, acho que não, era errado, por isso estou agora aqui no Lar Militar vai fazer agora dois anos, sem receber nada, absolutamente nada. Sou casado. Como é que eu hei-de viver? Com que é que eu hei-de vestir e calçar? Como é que eu hei-de ir à terra passar uns dias com a família? Não posso.

SOU CASADO A MINHA MULHER MORA EM GUIMARÃES

Sou casado, a minha mulher não mora cá, está em Guimarães. Se quiser ir lá, à terra, têm que me vir buscar, com dificuldade, e levarem-me. Já tenho pedido dinheiro emprestado a colegas meus, com dificuldade, pois não tenho com que pagar e não tenho vencimento algum.

SE TIVESSE UMA PENSÃO VIVIA COM A MINHA MULHER QUE TRATA DE MIM COM MAIS CARINHO

Se tivesse uma pensão digna, uma casa adaptada às minhas dificuldades, eu não estava aqui, pois a minha família está toda lá em Guimarães ou lá próximo. Eu não estaria aqui se lá tivesse condições, pois a minha mulher trata de mim (e já não é a primeira vez que o fazia), pois eu nestes anos todos tenho lá ido, embora sejam raras as vezes que lá vou, mas tratam de mim como se fosse aqui, embora com mais carinho, pois lá, estou com toda a família e aqui estou isolado. A família não pode vir cá porque sou pobre, não tenho vencimentos nenhuns e a minha família também não tem rendimentos.

O 25 DE ABRIL TROUXE UMA ESPERANÇA MAIOR

Tive sempre uma esperança, mas após o 25 de Abril ainda tive mais. Agora só espero que isto continue para a frente, que avance, que a Associação não deixe de lutar, que não abandone aqueles que não têm nada, que são os mais sacrificados. Aqueles deficientes que não têm pensão são os que mais precisam.



Amílcar A. Gonçalves (tetraplégico)

UM MUTILADO COM 100% TEM QUE TER OS MESMOS DIREITOS QUE OS OUTROS TÊM COM 100%

Este Governo não é socialista. Deve haver um Governo que olhe por toda a gente, por todos os deficientes.

Este Governo não é democrata nem socialista nem nada que se pareça àquilo que eles querem chamar de Governo. Se nós caminhamos para uma sociedade socialista como se pretende, pois não pode haver diferenciações de casos nem diferenciações de acidentes nem coisa nenhuma. Há um acidentado, há um mutilado com 100%, têm que ter os mesmos direitos que os outros têm com 100%. Portanto, este VI Governo ou V Governo já, não sabotaram só todo o trabalho da ADFa, como todo o apoio popular, numa traição aos Deficientes das Forças Armadas e ao Povo Português. Pois eles esquecem-se que estão lá em cima e ganham o que querem e lhes apetece e não se recordam que cá em baixo estão indivíduos que com trinta e trinta e tal anos, que têm os pais em casa numa idade já crítica em que não podem trabalhar e porque são rurais nunca tiveram uma pensão nem nunca tiveram qualquer assistência ou subsídios e nem nós nem os nossos pais temos qualquer coisa para sobreviver. Eu penso pois que deve haver um Governo que olhe por toda a gente, não só pelos Deficientes das Forças Armadas, mas por todos os incapacitados deste país, que arranje um estatuto único, que arranje qualquer coisa que abranja toda a gente.

para a Estrela e a única coisa que aparece é uma nota, não sei donde vinha, a perguntar quando é que eu estava bom para embarcar para o Ultramar, pois continuava mobilizado. Ora, perante isto, eu passo cerca de treze anos no Hospital, embora nove ligado ao Hospital, mas no Lar Militar da Parede, onde eu comecei o tratamento com uma recuperação que embora não sendo eficaz, mas sendo a única que tive, quer física quer psicológica.

OS MILITARES NUNCA ESTUDARAM O MEU CASO

Militares nunca, o meu caso nunca ninguém estudou, ninguém me apareceu, nunca me disseram se eu tinha ou não direito a alguma indemnização. Perguntei milhentas vezes através de escritórios e requerimentos aos militares de antes de 25 de Abril, qual era a minha posição e quais eram os direitos que eu tinha. Claro que respondiam sempre que a legislação em vigor não previa solução para o meu caso, dizendo que eu não fui ferido em serviço. Chega o 25 de Abril há logo um movimento, a malta levantou-se. Eu fui o primeiro a ir falar ao Costa Gomes, naquele tempo, General-Chefe das Forças Armadas. Fui recebido por ele, pus-lhe o meu caso, pus-lhe o caso de 11 Camaradas aqui do Lar. Poria muitos mais, mas na altura éramos doze que aqui estávamos,



Reinaldo S. Castelar (tetraplégico)

mens de cada Companhia, dos que estavam mais saturados, 10 dias de licença que nem licença era, para nos restabelecermos. Eu tinha família em Luanda.

Estava eu na praia, até para me abrir o apetite, pois nem apetite tinha para comer, e estava de costas para o mar, veio uma onda virou-me, bateu-me por detrás dos joelhos, caí e assim fiquei tetraplégico. Disseram-me que não tinha direito a pensão. Ora, eu pergunto: se a gente esteve nove meses

1.º ANIVERSÁRIO

FEZ um ano no passado dia 23 de Novembro que o nosso **ELO** foi publicado pela primeira vez. Este **ELO** que temos publicado, nem sempre tem sido o **ELO** que nós desejávamos que fosse, um forte **ELO** de união entre todos os Deficientes das Forças Armadas, e, entre estes e todo o povo trabalhador do nosso País.

De uma forma sintética, vamos fazer uma retrospectiva cronológica com transcrições parciais de todos os números do **ELO** já publicados.

ELO N.º 0

23 de Novembro de 1974

NOTA DE ABERTURA

O jornal dos Deficientes das Forças Armadas exprimir-se-á, por norma e por imperativo, na linguagem simples, mesmo rude, mas clara, que os deficientes, na sua totalidade soldados, sabem utilizar e entendem.

Escrito por nós e para nós, poderá ser lido, e assim compreendido, pelas nossas famílias, como nós simples e mergulhados nos nossos problemas, assim como por todo o povo que sofreu com as guerras coloniais e entende também a nossa linguagem.

EDITORIAL

Por esse Portugal fora são muitos os milhares de famílias que viram sair de casa os seus filhos, fortes e robustos, para os verem entrar deficientes ou nunca mais os verem. A alegria de uns, de verem chegar sãos e salvos os seus filhos, era apagada pela tristeza de outros que não viam regressar os seus. Assim, o enlutamento era geral. Mas essas mágoas abafavam-se no silêncio arquitectado e imposto: Os mortos eram transportados em barcos de modo camuflados como se de mercadoria se tratasse e os funerais partiam do Hospital Militar no deserto da madrugada. Os gritos lancinantes de «Ai meu querido filho» rasgavam a madrugada e iam acordar de algum pesadelo os que não morreram, mas na opinião dos governantes eram «peso morto».

«O Exército era uma terrível máquina de inutilizar homens». Inutilizava-os e remetia-os à procedência. As famílias recebiam-nos, liam o carimbo e resignavam-se perante a vontade de Deus...

A guerra continuava. Mais mortos, «mais inválidos». O número crescia. O Povo Português ia mostrando a sua terrível capacidade de resignação.

ELO N.º 1

27 de Dezembro de 1974

COMUNICADO AO POVO PORTUGUÊS

Para ti, Camarada, que no dia a dia lutas no campo, na oficina, na fábrica e no escritório.

Para ti, Amigo, que na madrugada do 25 de Abril viste surgir um novo horizonte de Esperança e Liberdade.

Para ti, Oprimido, que logo iniciaste uma luta sem tréguas para impedir o regresso dos opressores.

Para ti e apenas para ti vão estas palavras que sabemos serem o eco daquelas que trazes na alma.

Somos das maiores vítimas dum Fascismo que a todos oprimiu e devastou.

Somos os desenraizados duma Sociedade que os Fascistas queriam limpa das suas vítimas.

Lutamos para reaver os direitos de que fomos espoliados.

Lutarás connosco para que a Nação se responsabilize pela nossa situação.

Lutarás connosco para que os governantes ajustem contas com aqueles que

transformaram o nosso sangue, os nossos membros, a nossa saúde, as vidas dos nossos camaradas, em dinheiro, muito dinheiro.

Somos um povo em luta!

A ADFA NO PORTO

Com a presença de cerca de cem camaradas e dois elementos da ADFA realizou-se no R.L. 6 — Porto a primeira reunião de Deficientes do Norte, que pretendeu ser, além de uma sessão de esclarecimento sobre a existência da ADFA, o primeiro passo de uma delegação a constituir na cidade do Porto.

Foram os dois camaradas vindos de Lisboa, que, como mais esclarecidos porque iniciadores, historiaram o que tem sido a luta de sobrevivência da ADFA, qual o espírito que a rege, quais as metas a atingir.

E, uma vez mais, se venceu que reformas «chorudas» não resolvem os nossos problemas. O dinheiro, processo alienatório de regimes capitalistas, pode ser prejudicial ao deficiente, na medida em que o pode lançar numa ociosidade viciosa, fazer dele um peso morto a suportar pela sociedade e uma força inútil, porque desaproveitada.

ELO N.º 2

15 de Janeiro de 1975

LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Quantos somos? Quais as nossas deficiências? Como vivemos? Quais as nossas carências? Eis as perguntas que fazíamos a nós próprios quando da criação da ADFA.

Quantos éramos? Não sabíamos. Vinte mil? Trinta mil? Quarenta mil? Apenas podíamos recorrer com o cálculo e a estimativa. Dados oficiais? Também não tínhamos conhecimento. Claro que seriam deturpados.

O homem que antes do 25 de Abril presidia à pseudo-resolução dos problemas dos Deficientes das Forças Armadas fora preso nesse mesmo dia.

Foi então que o novo responsável nos deu a conhecer o número oficial de deficientes das Forças Armadas: três mil e quinhentos (3500). Três mil e quinhentos?!...

Bom talvez dez vezes mais, dissemos nós. Mas como provar que éramos dez vezes mais? Começou então uma caça ao número. Hospital Militar Principal: Não, aqui é impossível saber, a relação que temos é de todos os militares que cá estiveram internados. Claro, desses felizmente, nem todos ficaram com deficiências permanentes. A Caixa Geral de Depósitos dizia que estaria a pagar, aproximadamente, seis mil pensões. Havia já uma diferença grande. O Depósito Geral de Adidos informava-nos: Até 1974 vieram evacuados, de África, vinte e quatro mil sargentos e praças só do Exército. Desses evacuados cerca de 1% viria a morrer e 10% ficavam sem deficiências permanentes. O número ia aumentando.

PEDIMOS A EXTINÇÃO DA LIGA SPINOLA VIVIFICOU-A

A Liga dos Combatentes estava de braços abertos à espera de seus filhos

muito amados para lhes ministrar a droga amarga do pão da Caridade. Mas não só, — O General Spínola vivificou a famigerada Liga.

A Legião, tal como a Pide, por serem consideradas forças declaradas de repressão, foram extintas. A Liga, por ser força camuflada, foi vivificada.

Mas nós reconhecemos essa nova forma de vida. Um responsável do Ministério da Defesa dizia-nos: «Eu próprio me sinto protegido pela Liga». Mas nós não no-lo sentíamos. Antes pelo contrário sentiamos-nos ameaçados por ela. As guerras da opressão, em que fomos lançados por despolitizados, eram guerras para esquecer. O verdadeiro combatente não pactua com a reacção COMBATE-A.

ELO N.º 3

31 de Janeiro de 1975

FUTEBOL

INDÚSTRIA — EXPLORAÇÃO

O desporto é uma das peças insubstituíveis da máquina opressão-exploração. Com ele — como actualmente ainda está estruturado — consegue abarrotar de notas os seus já cheios bolsos. Senão vejamos, como exemplo, o futebol, o chamado «desporto» das multidões. Não é este um dos espectáculos mais caros? Não é o estádio o recinto que, em piores condições (sol, chuva e frio), maior número de espectadores alberga? Justificar-se-á tantos pagarem tanto? Como se poderá chamar «desporto das multidões» quando estas, em Portugal, nunca o praticaram? Nem, na verdade, o viam! O que viam era uma indústria exploradora, uma fábrica em laboração repressiva, não um desporto. O desporto não se vê, pratica-se!

ELO N.º 4

14 de Fevereiro de 1975

EDITORIAL

Se no 28 de Setembro, através duma tomada de posição clara, nos foi mostrada a sua verdadeira face, outras há, diárias e permanentes, que muito ferem e muito prejudicam o processo revolucionário em curso. E não é apenas a sabotagem económica. Pequenas coisas, que têm grande significado, vão tendo lugar, explorando, por exemplo, um fraco das pessoas: a impaciência.

Pessoas fortemente reaccionárias ocupam, neste momento, lugares chaves da Administração Pública, onde se dedicam exclusivamente a dificultarem o andamento das coisas e a resolução dos problemas dos interessados.

PONTO ZERO

No Portugal Fascista o processo de marginalização atingia quase todo o Povo, mas de entre o Povo eram os Deficientes os mais atingidos.

DEFICIENTES CIVIS

CONVITE

A ADFA convida todos os deficientes civis para uma reunião de trabalho a realizar, no próximo dia 15 de Fevereiro, sábado, pelas 15 horas, na nossa Sede (Palácio da Independência — Largo de São Domingos — Lisboa-2), com a seguinte ordem de trabalhos:

- Informações;
 - Análise da situação dos deficientes em Portugal;
 - Seu aproveitamento para a manutenção das estruturas fascistas por organizações fantoches;
 - Discussão e aprovação duma plataforma de acção para a participação dos deficientes no processo revolucionário em curso e consequente integração social.
- Este convite foi enviado, com o pedido de ampla divulgação, a várias entidades, entre as quais, sindicatos, partidos políticos e órgãos de informação.

ELO N.º 5

28 de Fevereiro de 1975

REUNIAO DE TRABALHO COM DEFICIENTES CIVIS

Alguns aspectos da situação dos deficientes no nosso País foram evidenciados, no decurso da reunião, onde se exprimiu o número de deficientes que existem em Portugal: 30.000 deficientes vítimas da guerra e cerca de 900.000 deficientes de idade compreendida entre 20 e 64 anos.

Se se considerar, frisou-se, que cerca de 50.000 deficientes são chefes de família, número que está longe de ser exagerado, pode-se calcular em 100.000 pessoas atingidas, o que representa, no total, que o problema dos deficientes atinge no nosso país, directamente, à volta de 1.100.000 pessoas, ou seja mais de 10% da população.

PONTO ZERO

Numa Sociedade Capitalista como a Portuguesa as forças exploradoras, perante a perspectiva duma tomada de poder pelos trabalhadores, vestem camuflados com as cores da Democracia, tentam vergonhosamente manipular as massas desviando-as da «organização de base» e provocando uma corrida às «URNAS» que, em face da despolitização por longos anos de obscurantismo, se podem antes apelidar de «CAIXÕES».

ELO N.º 6

15 de Março de 1975

11 DE MARÇO

As armas da reacção são armas de morte.

A reacção é uma fera que não conhece sentimentos humanos nem cravos vermelhos.

A reacção conhece o boato, o boicote económico, balas, bombas e granadas.

O boato e o boicote económico foram armas que sempre tem utilizado desde o 25 de Abril.

As outras, as armas que pelo sangue sacrificam o Povo, essas utiliza-as em situações desesperadas.

ELO N.º 7

31 de Março de 1975

A NOVA LEGISLAÇÃO

Encontra-se em fase bastante avançada a preparação do novo Decreto-Lei que conterà as linhas fundamentais da Reabilitação, Assistência e Indemnização dos Deficientes das Forças Armadas.

A ADFA tem participado activamente na elaboração do Diploma, não tendo, até agora, sido definido qualquer ponto sem o seu acordo. A discussão de todos os pontos tem sido feita com os associados nas reuniões semanais de terça-feira.

Tem sido precisa a nossa colaboração, como é evidente, pois são os deficientes aqueles que melhor poderão apontar as fórmulas exactas para a resolução dos seus problemas. Essas fórmulas, que não devem ter o cunho do paternalismo, têm sido apontadas da forma mais exacta e que melhor se coaduna com o processo revolucionário e a justiça social a criar para todos os Portugueses.

Pontos há, ainda, que, devido aos erros cometidos pelos legisladores fascistas só com a revisão de legislações que transcendem o ministério militar poderão ser substituídos por fórmulas justas.

Este Decreto-Lei será uma nova malha que implicará, por si, a substituição de toda a velha rede.

Nós continuaremos a participar na construção de toda a nova rede, porque só os interessados participando directamente na resolução dos seus problemas poderão as soluções ser justas e perfeitadas.

ELO N.º 8
15 de Abril de 1975

EDITORIAL

Doze meses de revolução vão ser completados. Duma revolução que, pela sua dinâmica das primeiras horas do próprio 25 de Abril, se adivinhava popular, mas logo se afirmou como profundamente burguesa e capitalista — a adivinhar por Spínolas, Palmas Carlos e Sás Carneiros que tentaram dominá-la e conduzi-la. O 28 de Setembro venceu a persistência burguesa e o 11 de Março abriu caminho decisivo à vontade das grandes massas.

ELO N.º 9
30 de Abril de 1975

O DEFICIENTE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

Se o deficiente deseja lutar por uma verdadeira reintegração na sociedade terá em primeiro lugar que compreender a realidade em que vive, na medida em que, só a conhecendo a poderá transformar.

Por essa transformação tem lutado há longos anos o Povo Português.

Por ela lutam e lutaram os pescadores, os camponeses, os operários e os trabalhadores.

E por essa sociedade, na qual os deficientes deixem de ser «OS DEFICIENTES», mas passem a ser Povo, e onde não caiba a exploração, tem o deficiente que dar o seu contributo, pois é esse o seu dever.

Este artigo é o primeiro de uma série, com a finalidade de demonstrar que o processo de reintegração dos deficientes não pode, de modo algum, ser isolado da luta travada pelos trabalhadores.

ELO N.º 10
15 de Maio de 1975

EDITORIAL

Os Deficientes das Forças Armadas acabam de completar um ano de luta colectiva e organizada. Luta de libertação, em que estão empenhados todos os portugueses vítimas do Capital e da Burguesia.

Ao lançarmos um olhar pelos últimos doze meses, reforçamos a nossa confiança na vitória final, na vitória dos oprimidos, dos explorados, dos marginalizados, dos que nunca tiveram sede de poder, nem têm, mas que apenas pretendem, com a força da sua existência, criar uma colectividade que se fundamente no princípio da igualdade total entre os homens, onde não caiba, seja sob que forma for, a exploração e dominação de uns sobre os outros.

ELO N.º 11
30 de Maio de 1975

O QUE É A POLÍTICA

O que é o Povo? Será que todos os habitantes de Portugal pertencem ao Povo? Um operário, um camponês, um empregado de escritório, um empregado de comércio, etc., pertencem efectivamente ao Povo. Mas os capitalistas pertencem ao Povo? Claro que não, estes homens não são Povo, mas sim exploradores do Povo. A nosso ver também não pertencem ao Povo todas aquelas pessoas cujo trabalho consiste em oprimir e explorar os trabalhadores por conta de capitalistas, ou seja, certos administradores, gerentes, encarregados, etc., que são verdadeiros lacaios dos exploradores.

ELO N.º 12
15 de Junho de 1975

EDITORIAL

Os grandes e decisivos passos que a revolução portuguesa tem dado em frente devem-se, até aqui, às tentativas de golpes reaccionários.

O Povo, grande obreiro da Revolução, empenhado na luta contínua pelo avanço do processo, quando dos golpes gorados, utilizou sempre a sua determinação revolucionária e exigiu, como resposta imediata, a passagem a nova etapa.

Este o papel do Povo. E o papel dos responsáveis oficiais? Dos Ministros, dos Secretários, dos Presidentes, dos Conselheiros, dos Generais, dos...?

INQUÉRITO AOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

INICIADO O LEVANTAMENTO

Apesar de nos ter sido negado pelo Chefe do Estado Maior do Exército, General Fábão, o apoio que nos tinha sido prometido, a ADFA com os meios disponíveis ao seu alcance criou já várias brigadas de deficientes que gratuitamente se ofereceram para efectuar os inquéritos.

Presentemente estão a ser cobertas as zonas do Porto, Bragança, Viseu e Lisboa. Na Capital funcionam dois pontos de inquéritos. Um na sede da Associação e outro no HMP-Anexo.

Os inquéritos representam para a Associação a melhor base de trabalho para nos podermos lançar numa verdadeira reabilitação e reintegração social de todos os Deficientes das Forças Armadas. Só quando tivermos conhecimento das verdadeiras necessidades que afectam cada um de nós, poderemos criar as estruturas capazes de restituir aos deficientes a sua dignidade de cidadão de um país que corre a passos largos e apressados para a via Socialista.

ELO N.º 13
30 de Junho de 1975

TELEGRAMA

ENVIADO AO PRESIDENTE SAMORA MACHEL

«Deficientes Forças Armadas saúdam povo moçambicano glorioso dia independência — stop — guerra colonial marcou carne povo moçambicano e português — stop — hoje conscientes admiramos vossa luta libertadora.

Obrigado Samora Machel e soldados Frelimo contributo nosso 25 de Abril — stop — viva Moçambique independente, viva internacionalismo proletário.

Associação Deficientes Forças Armadas».

ELO N.º 14
15 de Julho de 1975

EDITORIAL

As lutas partidárias e as manobras cupulistas, que neste jornal sempre denunciámos e criticámos, aproximaram-se do seu auge, levando responsáveis, ditos representativos do povo, a, numa tentativa desesperada, lançar trabalhadores contra trabalhadores.

ELO N.º 15
5 de Agosto de 1975

Os Deficientes das Forças Armadas denominam-se «das Forças Armadas», porque foi nas Forças Armadas, nelas integrados, que adquiriram as suas de-

ficiências, mas são na sua quase totalidade civis. Os membros das Forças Armadas, nelas integrados, já foram, na sua totalidade, civis e poderão vir a ser, alguns deles, por força de uma fatalidade Deficientes das Forças Armadas e passarem na sua quase totalidade, a ser civis. Ser-se das Forças Armadas não pode ser, como era clássico considerar-se, pertencer a uma casta à parte, com os seus problemas próprios, divorciada do povo Português.

ELO N.º 16
30 de Agosto de 1975

FINALMENTE DEFINIÇÃO «(?)»

A SITUAÇÃO ACTUAL

A situação a que o país chegou, em consequência da incapacidade verificada a todos os níveis em resolver os problemas concretos que se têm deparado aos órgãos de poder, desencadeou uma degradação económica geral com o inevitável acentuar do desequilíbrio entre zonas urbanas e zonas rurais, e a zona industrial de Lisboa e outras zonas industriais menos desenvolvidas. O acentuado dirigismo e tentativas de controle do Aparelho de Estado por parte dos partidos, com especial realce do PCP, levou alguns militares com responsabilidade no processo revolucionário a apresentar um documento que se afirma destinado a clarificar a actual conjuntura.

ELO N.º 17
15 de Setembro de 1975

EDITORIAL

O ser humano é um ser iminentemente social. Negar ao homem a possibilidade de comunicar com o seu semelhante, é, sem margem para dúvidas, negar-lhe a base da alimentação espiritual. Por muito fechado nos seus botões que um homem seja, ele só o é porque o deseja e não porque outro homem ou conjunto de homens lho impõe que deva ser.

Quando uma minoria, para satisfação dos seus desejos, mantém milhares de seres humanos controlados, domesticados, submissos, receptivos por imposição e apenas aos documentos e outros modos de comunicação que lhes interessa: essa minoria, consciente ou inconscientemente é fascista!

ELO N.º 18
26 de Setembro de 1975

NOTA DE ABERTURA

A caridadezinha e a esmola, cimentadas por Salazares e Caetano em fortes pilares do seu regime, ameaçam de se diluir sob os pneus das cadeiras de rodas e sob as pontelras das muletas.

ELO N.º 19
1 de Outubro de 1975

AO POVO TRABALHADOR

Face ao agudizar dos acontecimentos, mudamos o nosso local de luta para junto do Palácio de S. Bento.

Mais uma vez apelamos para todo o Povo trabalhador, que tão intensivamente tem colaborado connosco para que nos apoie neste novo passo tão importante na nossa luta. As 18 horas do dia, 27-9-75.

A LUTA DOS D.F.A. CONTINUA

Neste momento a onda de Frequência Modelada da Emissora Nacional encontra-se cortada.

Numa notícia sem confirmação, diz-se que a ordem veio de um elemento responsável da Armada.

Se a notícia se confirmar, nós perguntamos?... Porquê?...

Será que este senhor se esquece que há muitos Deficientes da Armada no seio da nossa Associação?... Quem sabe se alguns deles não perderam algo de seu ou a própria vida para o defender?

Camaradas marinheiros, como sempre dissemos esta luta é também vossa, assim como de todos os soldados e povo explorado e oprimido deste País.

ELO N.º 20
15 de Outubro de 1975

NA EMISSORA NACIONAL

MICROFONES INTERDITOS AOS DEFICIENTES

Os acontecimentos que levaram ao afastamento dos DFAs dos microfones da E. N. foram precipitados quando cerca das 16 horas do dia 9-10-75 os camaradas que ocupavam a dita estação Emissora receberam um telefonema do Sr. Tenente Almeida, membro do Conselho de Administração.

ELO N.º 21
23 de Outubro de 1975

PROJECTO DE DECRETO-LEI DOS D.F.A.

O Conselho da Revolução e o Governo estão apostados em esmagar os Deficientes das Forças Armadas mais os seus anseios. Desaprovando o que eles próprios haviam aprovado, dão prova mais que cabal da intenção de fazer reviver toda uma política de exploração e opressão, expulsando da Revolução as classes desprotegidas, reivindicando a condução da «Revolução» para eles próprios, não hesitando para tal em remeter para o obscurantismo quem de lá veio, para a marginalização quem de lá se levantou e, sabe-se lá para onde, quem de lá se insurgiu...

ELO N.º 22
4 de Novembro de 1975

EDITORIAL

O objectivo final da luta dos Deficientes das Forças Armadas é a integração plena na sociedade. Mas não numa sociedade qualquer. Numa sociedade onde a integração plena dos deficientes, físicos ou mentais, seja possível. Essa sociedade só pode ser a sociedade socialista. As sociedades capitalistas, por mais humanas que se apresentem, devido ao seu carácter competitivo, nunca integram plenamente todos os seus componentes, e à sua margem abrigam sempre grandes sectores formados por aqueles que, na competição pelo trabalho e pelos privilégios, vão sendo ultrapassados e ficam para trás.

ELO N.º 23
15 de Novembro de 1975

EDITORIAL

Para a justificação de quaisquer actos todos os argumentos se podem adoptar, mesmo os injustificáveis.

Sob esta capa proteccionista, e da que os fins justificam os meios, se iniciam e mantêm-se guerras para continuarem a sua ignóbil política. Porém, as vítimas, são sempre duas, ambas da classe, como é óbvio, explorada.

Entrevista no Lar Militar

(Continuação da pág. 4)

INTERESSA DAR AJUDA AQUELES QUE TÊM MUITO

Quanto a mim acho que isto é uma autêntica discriminação burguesa, não é mais que a continuação de uma sociedade de classes, em que não interessa proteger aquele que está desprotegido, interessa é dar ajuda àqueles que têm muito, àqueles que podem de facto aumentar e amealhar cada vez mais para os seus cofres, porque aqueles que estão marginalizados não interessam. Não lhes damos, eles não fazem barulho, não pedem e se pedem não os ouvimos. Portanto, isto é discriminação, é próprio de uma sociedade injusta.

NÃO PODEMOS CRUZAR OS BRAÇOS, TEMOS QUE LUTAR

Aliás, eu queria ainda acrescentar que mesmo nós, os grandes mutilados, estejamos onde estivermos, não podemos cruzar os braços, temos que lutar. Inclusive temos aqui dois casos, o do Leiria e o do Figueiredo, que apesar de paraplégicos eles trabalham e têm vencimento. Eu próprio sou tetraplégico e também trabalho, eu sou dos tetraplégicos que trabalham e há coisas que um tetraplégico pode fazer, sou perfurador. Nós temos cá um Centro e a malta tem que pensar em trabalhar e reabilitar-se, já que não nos foi dada uma possibilidade durante o regime fascista, já que não nos é dada durante este período de transição, a que chamam de transição para o regime socialista, mas isto não é nada. Somos nós que temos que arrancar e somos nós que temos que travar a nossa luta e aproveitar as nossas possibilidades. Não podemos estar à espera de um sofisticado Governo nem de outras quaisquer instituições, que não nos virão trazer nada de novo, temos que ser nós a arrancar. Fala-se de luta e que devem os deficientes intensificar a sua luta, no entanto quando os deficientes saíram para a rua e numa medida de pressão rodearam o Palácio de S. Bento, o Governo deu a isso uma tradução política, dizendo que os deficientes das Forças Armadas sequestraram o Governo, o prenderam e o pretendiam deitar abaixo, desviando a atenção das pessoas para o sentido político, esquecendo o verdadeiro sentido que é o sentido humano, o sentido da marginalização, o abandono a que têm estado votados.

A ADFA NÃO DEVERÁ ACEITAR ESSE DEC.-LEI

Uma vez que o Governo não está a enveredar por uma via socialista, não está a fazer o socialismo que todo o povo reconhece que devia fazer, somos nós, os marginalizados, é a ADFA, Associação dos Deficientes que deve fazer esse socialismo, não permitindo no aumento daqueles que já estão favorecidos, enquanto aqueles que não têm nada não tiverem recebido pensão e não estiverem ao nível dos outros que recebem alguma coisa.

A ADFA não deverá aceitar esse Decreto-Lei de maneira nenhuma, nem esse Decreto-Lei nem qualquer coisa forjada por este Governo nem por qualquer outro Governo idêntico a este.

Francisco José Leiria, 1.º Cabo Pára-que-dista, ferido em Lourenço Marques, em 1965:

Eu fui para Lourenço Marques a fim de cumprir 36 meses, pois em Abril, mais pre-

cisamente no Domingo de Páscoa, quando andávamos a passear em Lourenço Marques, alguns colegas meus travaram-se de razões com civis pelo que chegaram mesmo a agredir fisicamente. Eu não tomei parte na luta, tendo documentos em meu poder, da Força Aérea, que justificam isso, mas como houve tiros fui atingido e fiquei paraplégico. Estive cerca de um mês no Hospital Miguel Bombarda e transitei logo para a Metrópole, para o Hospital da Estefânia. Perante isto o julgamento civil em causa foi feito lá a seu belo prazer, eu não assisti ao julgamento e não sei de que é que se tratou, não recebi qualquer indemnização. Depois disso fiz várias exposições ao Chefe do Estado Maior, mas os documentos que vinham de Lourenço Marques eram sempre negativos, porque eu não sei o que é que as testemunhas alegaram em tribunal. De qualquer maneira, depois disso, já consegui que a Força Aérea justificasse que eu não tomei parte na luta e que portanto fui intervir na mesma por pensar que poderia haver perigo para os meus colegas, ou mesmo para os transeuntes que passavam no local.

Depois disso tenho andado por aí nos Hospitais. Estive nos Açores, na Estrela, na Parede. Ainda cheguei a ter esperanças de obter a pensão, pois as Senhoras da C.V. davam sempre uma esperança. Mais tarde acabei por ver que não se conseguia nada.

COM O 25 DE ABRIL COMECEI A PENSAR QUE AGORA NÃO SERIA DIFÍCIL

Com a chegada do 25 de Abril, uma vez que se falava tanto de revolução, comecei a pensar que agora não seria difícil obter a pensão, assim como os meus colegas pensavam o mesmo. Voltei a fazer novas exposições a partir dessa data, voltou a ser pedida a papelada a Lourenço Marques e voltou a vir desfavorável. Depois a ADFA começou a elaborar esse Decreto e nós ficámos a aguardar.

Pouco mais tenho a dizer a não ser que continuo revoltado.

A minha situação é de revolta, porque sou amparado de mãe, pois a minha mãe é viúva, com 74 anos, e não tem nenhuns meios de subsistência, e eu também não tenho para lhe enviar, e agora com a mutilação do Decreto-Lei da ADFA muito mais revoltado fiquei, devo dizer que essa mutilação feita pelo VI Governo enoja-me completamente, porque não é só o nosso caso, mas são todos os casos das classes desfavorecidas. Vê-se que não há nenhum interesse em serem resolvidos. Pouco mais tenho a dizer a não ser que continuo revoltado.

Antes do serviço militar trabalhava no campo.

Ainda estive nos Açores para ir com destino à Inglaterra, para fazer a reabilitação, mas depois acabei por não ir porque uma operação correu-me mal e acabei por não ir. Portanto não tive qualquer reabilitação.

Como não se pode ter uma casa adaptada, um indivíduo vê-se obrigado a continuar aqui.

Evidentemente que a maioria dos indivíduos que estão aqui no Lar se tivessem uma pensão substancial, se pudessem ter uma casa deles, creio que a maioria deles não estaria aqui porque iriam constituir família, outros até chamariam a família assim como é o caso da minha mãe que está só, poderia trazê-la para o pé de mim. Mas como isso não acontece, como não dão essa pensão, para que um indivíduo possa ter uma casa dele (adaptada às suas dificuldades) a que todos têm direito, um indivíduo vê-se obrigado a ter que continuar aqui no Lar.

É preciso dizer ao País que situação continua.

É preciso dizer a toda a população que esse Decreto que foi assinado beneficia uma minoria de deficientes e que ficam vinte e tal mil deficientes que não recebem nada.

É preciso que o povo deste País saiba disso, porque o povo soube pela rádio que foi assinado o Decreto e automaticamente pensa que foram todos os deficientes que foram abrangidos. Quando saio de Lisboa e contacto com pessoas de fora, elas ficam espantadas porque não sabiam e dizem que não sabiam que havia uma quantidade de indivíduos sem receber. É preciso dizer ao País que esta situação continua e que este Governo continua como os anteriores a dar a negativa.

Domingos Luís Figueiredo, Soldado, ferido num acidente de viação em 1970:

Eu ausentei-me para França em 1961 e estive dois anos sem vir a Portugal. Faltei

em França. Eu contactei com indivíduos que estavam para ir para a tropa ou tinham estado na tropa, que trabalharam, e alguns com quem contactei este Verão (que fui passar um mês lá com a família) que há um seguro para os militares que estão no serviço. Desde o momento que eles se aleijam, aleijando-se onde se aleijarem, se eles ficarem incapacitados, têm direito a um ordenado estabelecido pelo Estado, que era o que devia acontecer em Portugal e não acontece.

ANTI-SOCIALISMO

Eu acho que isto é uma perfeita injustiça, uma vez que eles já têm um X. Que eles aumentem a pensão para aquilo que é justo, muito bem, agora irem-lhes dar mais benefícios e aqueles que não têm nada ficarem sem nada na mesma, acho que isto não tem nada de socialismo, acho que é um autêntico anti-socialismo.



Durante a entrevista, enquanto falou o Reinaldo

ao nome e faltei à inspeção, mas depois resolvi apresentar-me, pois o regime não mudava e eu tinha cá o meu pai e a minha mãe e nunca mais poderia cá vir ou estava sujeito a ser preso ou coisa assim, e eu achei viável vir cumprir o serviço militar. Entretanto eu vim para Portugal em Dezembro de 1969. Fui à inspeção a Abrantes e fiquei apurado para todo o serviço militar. Entretanto voltei a ausentar-me para França, onde estive mais três meses. Depois recebi a carta para me apresentar. Realmente era para fazer os psicotécnicos para condutor. Fi-los. Estive lá mais seis ou sete meses e vim em Março. Estive mais quatro meses à espera. Assentei praça em Agosto e quando estava já mobilizado, depois da recruta e da especialidade, vou a casa passar férias para embarcar para a Guiné.

NÃO É O SOCIALISMO QUE ELAS ESTÃO A SEGUIR

Estava em casa a gozar 10 dias quando tive um acidente de automóvel, em que fiquei paraplégico. Daí vim para o Hospital Militar. Nunca tive reabilitação alguma nem sequer fui para o Alcoitão. Nessa altura nem os feridos em combate lá fora, só poucos lá iam. Entretanto tive várias fases de revolta, até fui expulso do Anexo. Depois fui para a Otorrino e também aí tive umas pequenas coisas. Então daí vim para o Lar, e no Lar então é que exerço uma profissão, pois trabalho na tipografia. O que eu tenho a dizer é que não acho justo nem é de forma nenhuma uma via socialista o que eles estão a seguir, se eles vão dar àqueles que já têm e àqueles que não têm continuam a não dar nada. Porque quando eu vim de França para a tropa eu estava a ganhar o meu lá fora, e deixei a minha vida lá, perdi todos os direitos que tinha em França e da tropa nunca recebi nada e já estou assim há cinco anos e nada continuo a receber.

NÃO ESTOU NO LAR POR VONTADE

Eu estou no Lar porque não tenho condições para estar na minha terra. E, como já disse, os meus pais têm 70 anos. Não tenho lá trabalho, e como não tenho pensão não posso lá viver, pois se eu tivesse meios suficientes para viver já não estava aqui a viver no Lar, não estou no Lar por vontade porque eu já disse aos meus camaradas que se tivesse o meu problema resolvido imediatamente ia-me embora.

O EXÉRCITO DEVIA TER UM SEGURO

Desde que um indivíduo entra no Exército o próprio Exército devia ter um seguro, como acontece nalguns países, por exemplo

A ADFA NÃO DEVE PERMITIR ISSO

Eu concordo com as palavras do Amílcar, a ADFA não deve permitir isso e deve arranjar novas formas de luta para pressionar o Governo e chamar a opinião pública para resolver este problema dos vinte e tal mil deficientes que continuam marginalizados. A ADFA deve descobrir formas de luta, de alguma maneira, para este assunto se resolver.

E o problema das pensões desactualizadas como ainda há muitos com 100% de incapacidade que ainda estão com um conto e tal e dois contos e tal, ora isso... Há alguns que já estão a ganhar quatro contos e tal. É preciso a actualização. A minha opinião é que não devemos aceitar. Deve-se enveredar por uma luta mais segura que aquela que fizemos até agora. Quanto a mim aquilo que fizemos agora já quase no fim devia ter sido logo ao princípio. Não devia ter sido já com as barricadas e com a ocupação da Ponte, devia ser logo uma paralisação total. Há indivíduos que tiveram medo de uma paralisação do País, mas não há que ter medo. Ora, o que nós havíamos de ter feito era a paralisação do Aeroporto, como eu disse sempre desde o princípio a alguns colegas. Devíamos ir logo para a paralisação total. Não quisermos. Andaram a ocupar coisinhas, e eles estiveram sempre convencidos que nós, mais dia menos dia, abandonávamos aquilo, porque eles sabem muito bem quais as nossas dificuldades.

FESTA DE NATAL

Avisam-se todos os sócios que a festa de Natal a realizar pela Associação terá lugar nos seguintes moldes:

a) Realizar-se-á no próximo dia 20 de Dezembro, sábado, pelas 15 horas, no Lar Militar, Av. Rainha D. Amélia, em Lisboa, um espectáculo de variedades que incluirá distribuição de pequenas lembranças às crianças filhas dos sócios.

b) No próximo número do ELO avisar-se-ão os sócios das zonas das delegações da realização das respectivas festas nessas delegações e da data e local das mesmas, as quais deverão processar-se em moldes idênticos à da Sede. Entretanto, sabemos já, que a Delegação de Famalicão, realiza a festa de Natal, por sua própria iniciativa, no sábado, dia 20 de Dezembro.



A esquerda Domingos L. Figueiredo, à direita Francisco J. Leiria (ambos paraplégicos)

A REVOLUÇÃO CULTURAL

MARCO ESSENCIAL NO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POPULAR

Senhor Presidente,
meus Amigos:

No documento lido pelo Prof. Azevedo Gomes, em nome da Comissão Central do M. U. D. no início desta sessão, contêm-se algumas interrogações acerca do problema da Educação Nacional em Portugal. Essas interrogações são de todo o ponto oportunas, dado que, entre a opinião manifestada pelo sr. Presidente do Ministério de que considerava urgente, há mais de 20 anos, naquele sector da Administração Pública uma vasta acção reformadora e a inexistência dessa acção da parte dos sucessivos governos da sua presidência, existe uma patente contradição.

A esta pergunta legítima — onde está a Reforma de Instrução Pública do Estado Novo? — a quase totalidade dos portugueses responderá — essa reforma não existe. Tem-se, no entanto, falado muito nela e tem-se mesmo chegado, por vezes, a anunciá-la. Pelo menos, se não uma reforma completa do nosso sistema de instrução, uma reformazinha em algum dos seus sectores — tal Ministro anunciou uma reforma do Ensino Superior, e não foi capaz de a fazer, tal outro uma do Ensino Liceal, e recuou. De modo que, ao cabo de vinte anos, a situação é ou parece ser esta — nada de reforma, se bem que esteja sempre uma pronta a sair. E não faltarão decerto aqueles que deste facto tirem a pronta ilação de incapacidade da chamada «democracia orgânica» para reformar o ensino em Portugal.

Pois bem, meus amigos, esta ilação não corresponde à verdade; nos últimos anos procedeu-se, no nosso País, a uma grande modificação no nosso sistema de ensino que constitui, não por certo uma vasta reforma, mas de seguro, uma profunda contra-reforma. Contra-reforma que não apareceu de uma vez, em bloco, nas colunas do «Diário do Governo», mas num conjunto de medidas pequenas, espaçadas, sem nexos aparentes, mas não obedecendo menos a uma acção metódicamente planeada, tenazmente executada.

É o enunciado de algumas etapas e dos resultados mais evidentes dessa contra-reforma que constitui o objectivo desta minha intervenção.

Começemos por alguns factos facilmente referenciáveis por meio de datas, medidas administrativas e números.

Encontramos em 1937 a extinção das escolas oficiais infantis. O ensino infantil constitui hoje, em Portugal, um privilégio de classe só acessível àqueles que podem arcar com as respectivas despesas. Da influência que esse facto tem na vida social do povo português conhece cada um pelas dificuldades próprias que ele lhe acarreta, conhecemos todos pelo espectáculo degradante que nos oferecem as ruas da cidade, peçadas de crianças nas mais aviltantes condições materiais e morais.

Encontramos ainda o encerramento das Escolas Normais em 1936, encerramento que se prolongou até 1942. Seis anos sem ensino de preparação de professores primários teriam de acarretar embaraços sérios para o funcionamento

das respectivas escolas. Que o ensino primário entre nós nunca teve aquele grau de extensão e eficiência e aquela situação de proeminência que deve possuir em qualquer povo civilizado, sabemos todos bem.

Mas que uma situação dessas, já suficiente para nos envergonhar há vinte anos, continue, não a mesma, mas agravada em forte medida, é facto que por si só chega para, sem remissão, condenar um regime.

É que não se trata apenas de termos estado, durante seis anos, sem escolas de preparação de professores primários. Esta medida deve ser considerada em conjunto com outra que a completa, agravando-a — a criação dos chamados *postos de ensino* ou *postos escolares*.

Toda a gente sabe o que são estes postos escolares — forma em-

Se a isto juntarmos que os famosos postos de ensino reduzem ainda os quatro anos para três, fica bem patente, creio eu, o grau do nosso atraso, e até do que se retrocedeu nesta matéria nos últimos vinte anos.

Eu não sei se todos os portugueses se deram já conta da nossa real situação a este respeito, mormente se nos recordarmos de que vivemos numa época que bem pode designar-se por *idade da técnica*.

Creio bem que não, e julgo por isso oportuno oferecer à vossa meditação alguns números elucidativos.

Pelo último censo estatístico do povo português, verifica-se que a percentagem dos indivíduos maiores de 7 anos que *sabem ler* é de 47,5 %, o que nos dá uma taxa de analfabetismo de 52,5 %. Mas es-

mais de 10 000 contos à verba *ordinária* da segurança pública (Policia e Guarda Nacional Republicana). Com a P. S. P. gasta-se, aproximadamente, o mesmo do que com todo o ensino universitário e de Belas-Artes. Só a verba ordinária atribuída à G. N. R. é superior em mais de 10 000 contos às verbas somadas do ensino liceal e técnico elementar e médio.

Alguns destes números talvez tenham de ser revistos, dir-me-ão, pois há a contar com a verba extraordinária de 67 500 contos inscrita no Orçamento para a construção de edifícios escolares.

Esperemos pela publicação das Contas, para vermos o que aconteceu a essa verba — em 1944 foram orçamentados 20 000 contos para a construção de escolas primárias e não se chegaram a gastar 2800.

Passemos agora a referir rapidamente alguns factos que, não sendo traduzíveis em números, não são no entanto menos elucidativos acerca do problema que estamos estudando.

Em que condições exerce hoje o professor o seu mister de ensinar? Pergunta capital, em cuja resposta vai muito da eficiência da Escola e do valor intelectual e moral do ensino. Posso afirmar, sem receio de exagerar, que essas condições se caracterizam essencialmente assim: deficiência de meios pedagógicos; deficiência de meios materiais da vida do professor; limitação das condições de independência mental dos agentes educativos.

O professor hoje, em Portugal, vive com dificuldade de vida e com medo, esse terrível medo que se apoderou da quase totalidade da população portuguesa. Tenho já o tempo de vida bastante para poder ter observado, durante mais de 20 anos, a evolução duma certa corporação científica, e ter verificado nela a instalação e o alastramento desse processo de destruição progressiva do professor português. É preciso registar que, a despeito de casos isolados de resistência heróica, esse processo de destruição tem produzido os seus efeitos.

A coisa vai mesmo mais longe — a política do medo não atingiu apenas uma determinada camada social ou profissão. Não, essa política foi a todos os sectores da vida nacional e a todos os núcleos de actividade privada e pública, procurando transformar-nos num povo aterrado, reduzido à condição deprimente de passarmos a vida a desconfiar uns dos outros. Mas o que é mais curioso, nesta questão, é que, ao fim e ao cabo, não se conseguiu apenas que os pequenos tenham medo uns dos outros e dos grandes, ou os indivíduos tenham medo das instituições. O próprio Estado foi vítima do seu jogo e acabou por ser tomado de medo dos cidadãos. Pois não é verdade que é a Polícia política hoje quem supervisa o recrutamento dos funcionários e até a dos investigadores científicos? Porque é senão por medo, que se gasta mais com a segurança do que com a instrução primária?

É porque é ainda, senão por medo, que se não fazem eleições livres?

De forma que, temos de o concluir, a primeira coisa a fazer para

Aspectos do problema cultural Português

Intervenção feita por Bento de Jesus Caraça, na sessão de 30 de Novembro de 1946, realizada pelo Movimento de Unidade Democrática, na sala de A Voz do Operário.

brionária da escola elementar, lhes é chamado na introdução ao decreto n.º 27 279, de 24 de Novembro de 1936.

Neles se limita o ensino primário de 4 a 3 anos, dando-lhes, por meio de professores reduzidos, os chamados *regentes*, às vezes semi-analfabetos, e com vencimentos reduzidos, a função reduzida de ensinar a ler, escrever e contar. Que esta medida foi tomada em larga escala, mostram-no os números oficiais seguintes — no ano lectivo de 1943-1944, havia 10 339 professores primários e 3083, quase um terço, de regentes.

É não se julgue que, com a criação dos *postos*, se procurou apenas uma solução de emergência, como seria o caso se eles fossem instalados em sítios onde não houvesse escolas primárias e enquanto elas lá não fossem criadas. Não, não só eles foram; por vezes, substituir escolas extintas, como ainda, na citada introdução ao decreto n.º 27 279, se diz que «pondo termo a entorpecedoras utopias e a aspirações ilegítimas, ainda que de simpático bairrismo, o problema da educação popular só pode ser resolvido — e há-de sê-lo dentro do vasto programa de reconstituição nacional já aprovado — por meio da maior difusão de postos escolares».

A situação a que esta política de instrução nos conduziu é simplesmente esta — *somos hoje o país da Europa com o mais baixo esquema de instrução pública*. Com efeito, somos o único país da Europa em que a obrigatoriedade de instrução pública para todos, se estende legalmente apenas pelos 4 anos que vão dos 7 aos 11 anos de idade.

Por toda a parte, o ensino para todos, começando aos 6 ou 7 anos, vai até aos 13 ou 14 e, nalguns países mais adiantados, ainda para além desta idade. Na Suíça, por exemplo, vai até aos 15, na Inglaterra até aos 15 e está sendo introduzido até aos 16, na Rússia até aos 15 e estava sendo introduzido até aos 18, antes da agressão alemã.

tes números ainda nos não dizem tudo; a situação é muito mais grave, se pensarmos em que bom número daqueles que a estatística nos diz que *sabem ler*, são pessoas cujo grau rudimentar de instrução, adquirida em postos escolares, em escolas regimentais ou em ensino doméstico, não oferecem garantias de não serem ou virem a ser, a breve trecho, analfabetos totais. Procuremos, portanto, no censo da população, aqueles que possuem ao menos a instrução primária ou a frequentam ainda. Esses constituem apenas 19,5 % da população maior de 7 anos. Um índice mais expressivo ainda, nos é dado pelo estudo do grupo da população dos maiores de 20 anos. Num total de 4 milhões e 500 mil maiores de 20 anos há apenas 630 mil que possuem instrução primária completa, ou seja uma percentagem de 14 %, o que nos leva a taxa de iletrados reais para a casa dos 86 %.

Bem sabemos que tudo isto tem as suas raízes no passado, que não quero aqui isentar das culpas que lhe cabem. Mas 20 anos são 20 anos — países há que, em menos tempo, operaram uma viragem total — e as responsabilidades desses 20 anos são tanto maiores quanto eles constituem, conforme nos tem sido dito e repetido, a época da *política do espírito*.

Vejamos ainda, porque vale a pena, alguns números mais.

Há vinte anos, as despesas de instrução pública tomavam aproximadamente 9,3 % das despesas totais do Estado — percentagem baixa, vergonhosamente baixa, forçoso é afirmá-lo. Mas com não pequeno espanto se verifica que a *política do espírito* foi abaixando lentamente esta percentagem que, antes da guerra, tinha caído para 8 % e agora, passada ela, se fixou na casa dos 7 %.

Outros índices não menos expressivos nos oferece o último orçamento geral do Estado — o deste ano, 1946. Nele se atribui a toda a instrução primária no país uma verba (110 000 contos) inferior em

(Continua na pág. 9)

Campanha de divulgação do ELO

Embora o número de Deficientes das Forças Armadas seja bastante elevado; embora o número de Deficientes Civis (também interessados nos assuntos dos Deficientes das Forças Armadas, que seus próprios são) seja muitíssimo mais elevado; embora a receptividade ao ELO e seu conteúdo seja notória por parte dos trabalhadores (focando problemas que dizem mais respeito directamente aos operários e camponeses); embora para os largos milhares de soldados e marinheiros a situação dos deficientes das F. A. possa vir a ser a sua própria situação e por isso eles sigam atentamente a luta dos deficientes pela reintegração; embora, em suma, a todo o povo oprimido e explorado diga respeito a situação dos deficientes, e por isso tenha necessidade de se informar dos seus problemas, de neles se integrar e mesmo vivê-los, o ELO, ainda não atingiu o grau de expansão que de facto

já se deveria verificar. Temos pecado pela distribuição. Não é pois culpa de quem nos devia ou queria ler. A culpa é nossa que não temos chegado até junto das pessoas. Iniciamos agora uma campanha de divulgação e distribuição do ELO, através dos próprios deficientes, vendo-se na rua e angariando assinaturas. Prevedemos um aumento gradual na tiragem, ao mesmo tempo que prometemos uma correspondente melhoria do jornal. Para essa melhoria contamos com a participação dos leitores, quer enviando-nos artigos, quer enviando-nos quaisquer sugestões. De Norte a Sul de Portugal, e não só em Lisboa, o ELO estará presente junto de cada explorado, junto de cada oprimido, levando-lhe a mensagem de um grupo de deficientes que lutam por si e por todos, que lutam pela sua integração social e que lutam pela criação da sociedade que os integre, a verdadeira sociedade socialista.

Escreva connosco

O ELO da Associação dos Deficientes das Forças Armadas não é feito por profissionais. Somos nós, Deficientes, que sentimos os malefícios de uma guerra injusta, que sentimos o peso da marginalização, que estamos decididamente com a revolução socialista, somos nós, apenas com estas referências profissionais, que fazemos o nosso jornal.

Nós necessitamos que escreva connosco.

Escrever connosco é participar na feitura do ELO; escrever connosco é enviar à Redacção do ELO todas as sugestões para o seu melhoramento e para melhor cumprir a sua missão; escrever connosco é enviar artigos e trabalhos que, transcritos no ELO, enriqueçam as suas páginas e valorizem quem as lê.

Exposição de Escultura Artesanal na A DFA

Por gentileza do artista, encontra-se patente ao público, desde o passado dia 30 de Novembro, uma exposição de escultura artesanal na Sede da A DFA, no Palácio da Independência.

Esta exposição compreende uma série de figuras criadas de simples ramos de árvores pela mão artística de um trabalhador alentejano.

António Brito Caiola é alentejano e trabalha numa fábrica na zona de Elvas. É nas horas vagas que, acompanhado do seu canivete, empresta a expressão da vida aos ramos de árvores e aos troncos de madeira. As figuras criadas por este artista ultrapassam já o número de 350. Constituem o conjunto das figuras, com a sua disposição, também artisticamente

feita, um espectáculo raro, onde os espíritos, sobrecarregados pelo peso duma revolução difícil, encontram alívio, senão alento.

Está na mente de António Caiola a criação de um museu regional operário, constituído pelas suas obras, do qual, ele próprio já elaborou a planta e criou a bandeira. Para o museu está tudo preparado, falta o edifício e a verba para a sua manutenção.

A arte, a capacidade criativa de um povo, também é, pensamos, revolução. O seu conhecimento, a sua divulgação também é, pensamos, revolução cultural.

Aqui deixamos os nossos agradecimentos ao artista e prestamos a nossa homenagem ao seu génio.

Aspectos de problema cultural Português

(Continuação da pág. 8)

sermos gente é extrair o medo dos corações dos portugueses, fazendo deles homens generosos e fortes, libertos da grilheta da mais aviltante das escravidões.

Um outro aspecto desta mesma questão é o resultado dum conjunto de medidas tendentes a fazer da nossa Escola uma Escola antidemocrática. E ela é-o de facto hoje, por vários motivos. Porque o seu ensino, nas matérias que a isso de perto ou de longe se prestam, é tendencioso; basta citar as deformações do ensino da História e da Moral nos Liceus, e esse monstro grotesco que é o livro único das escolas primárias. Muitos pais aqui poderiam dizer, Melhor do que eu, das horas angustiadas que têm passado para conseguir libertar os filhos da deformação mental que a Escola de hoje lhes impõe.

É ainda antidemocrática pelas condições em que nela se faz a selecção dos estudantes. Contra o que tende hoje a ser praticado em toda a parte, o elemento fundamental da selecção entre nós é o dinheiro, cada vez mais dinheiro, transformando a aquisição da cultura, para cima da instrução primária, no mais repelente dos monopólios. Ainda a este respeito, a Estatística nos fornece um precioso elemento de apreciação. Pelo censo de 1940, a percentagem dos indivíduos da população maior de 7 anos que possuiu ou frequenta o ensino secundário em qualquer dos seus ramos é de 2,2%. E se pensarmos em que o nível desse ensino secundário não vai por vezes além do do ensino obrigatório nalguns países civilizados, chegamos à dura conclusão de que 98% dos portugueses estão fora daquele conjunto de conhecimentos que é hoje normal considerar como devendo ser possuídos por todos.

Haverá quem objecte por certo que isso não representa propriamente um monopólio de classe já que, graças ao sistema das Bolsas de estudo, nos tais 2% há certamente filhos de gente desprovida de recursos. Não o nego, mas atente-se na exígua percentagem de Bolsas de estudo a conceder, e logo se notará que ainda aí operou o medo — desta vez o medo de poder vir a dar-se o caso de os filhos do povo irromperem em massa entre os senhores doutores.

DELEGAÇÃO DE ÉVORA

Soubemos, através de um camarada da Delegação da A. D. F. A. de Évora, que camaradas Deficientes daquela zona, quando têm assuntos a tratar na região militar de Évora, se deslocam das suas casas a Évora, muitas vezes com dificuldades e sacrifícios físicos e até financeiros, para tratar desses assuntos.

Avisamos estes camaradas, que estas deslocações deixam de ser necessárias, pois a Delegação de Évora da A. D. F. A. está apta a tratar de todos os assuntos dos seus associados, que sejam do foro militar, bastando para tal os associados pedirem à Delegação através de carta, expondo o assunto a tratar. Os camaradas da Delegação tratarão de lhe dar o seguimento devido, até à sua resolução.

O que atrás dissemos em relação aos camaradas de Évora é válido para todas as zonas do País onde existem Delegações da A. D. F. A.. É esse o fim da A. D. F. A., defender e zelar pelos interesses dos Deficientes das Forças Armadas.

Em face do atrás exposto os camaradas deficientes, quando tive-

A nossa Escola é ainda antidemocrática porque à massa estudantil que a frequenta foram há muito tirados os direitos de livre agremiação. E eu, que já fui professor, sei muito bem o papel salutar que desempenha numa Escola a existência de Associações Académicas livres.

Meus amigos: De tudo o que disse resulta esta conclusão que eu bem desejaria que ficasse marcada a letras de fogo nas nossas consciências — é que o problema do ensino entre nós ultrapassou já, de longe, o plano da urgência ou não-urgência da sua reforma. Os estragos produzidos por um sistema decrépito de estudos, e que já agora levarão muitos anos a reparar, são de tal ordem que o problema se coloca noutra plano — o da existência nacional. É que eu não creio que tenha grande probabilidade de sobrevivência, por muito tempo, como nação *de facto* independente, um país que, na *idade da técnica*, tem, sobretudo nos ramos primário e técnico, uma ruína de ensino como nós temos.

O Sr. Presidente do Ministério disse, no seu discurso, que se aproximam tempos em que uma grande divisão separe os portugueses — a divisão entre os que servem a Pátria e os que a negam. Eu estou convencido de que esses tempos não se aproximam — estamos neles. E ainda de que se todos os portugueses, em plena consciência e sentido de responsabilidade, tomarem o seu partido em relação a este problema crucial — ser por uma viragem total no sentido do nosso apetrechamento cultural e técnico, ou ser pelo prolongamento do abismo de ignorância e obscurantismo em que se está fazendo mergulhar o povo português — se todos tiverem a coragem de o fazer publicamente, então ficaremos sabendo bem quais são os portugueses que negam a Pátria e quais aqueles que a servem.

Nota da Redacção — Embora os dados apresentados pelo conferencista estejam desactualizados, os seus pontos de vista continuam, quanto a nós, a valer ainda hoje; por isso incluímos este texto na Página Cultural do ELO.

Assinar o «ELO» significa estar de acordo com um conjunto de ideias e sobretudo apoiar os Deficientes na SUA LUTA

Recorte e envie para o JORNAL «ELO» — Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA

QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE DO VOSSO JORNAL

NOME

MORADA

ANUAL 100\$00

SEMESTRAL 50\$00

Marque com um X no quadrado respectivo.

PELA BOCA MORRE O PEIXE

Passados que são dezoito meses de luta em prol da reabilitação e reintegração de todos os camaradas deficientes, com incidência especial sobre o desempoeiramento das mentes atrofiadas por anos e anos de caridade piedosa, um dos responsáveis pelo sector de reabilitação da A DFA, durante um contacto telefónico e para corroborar uma afirmação ao seu interlocutor, sai-se com esta:

Eu seja cego se não é assim!...

Sem comentários.

M. LOPES DIAS

NOTICIÁRIO

Nacional

25 DE NOVEMBRO

Uma atmosfera pesada e negra caiu sobre Lisboa nos últimos dias. A revolução, a jovem revolução socialista, estremeceu e quase ameaçou de partir com a mesma subtilidade com que havia chegado na madrugada de 25 de Abril de 1974. Foram 19 meses de espera paciente e metódica daqueles que têm visto os seus privilégios escaparem-se dia a dia; daqueles que têm espreitado todas as falhas e passos em falso da jovem democracia; daqueles que têm perseguido a esquerda e o socialismo de casca de banana na mão pronta a ser lançada na melhor das oportunidades.

O 25 de Novembro reuniu todas as condições ideais para o enfraquecimento das forças progressistas. A revolução brincou «às conquistas do poder». Portou-se mal. Foi uma brincadeira de mau gosto — assim entendeu muita gente — e o castigo ameaça começar a surgir. Esse castigo é o avanço da direita, das forças do capital ainda não totalmente destruídas, dos inimigos da revolução dos cravos.

O MFA está agora mais fraco. Faltam-lhe agora muitos dos homens da primeira hora. Sobre o MFA pende a ameaça da extinção; pende a ameaça do retorno às formas vigentes antes do 25 de Abril de 1974. O MFA está de luto — de luto pelo sangue que nestes últimos dias correu, de luto pelos camaradas agora afastados. O povo partilha do luto do MFA, aliás, é quem mais de luto está — só quem não viu e vê a tristeza estampada no rosto das pessoas que se apressam a não se demorarem na rua, só quem não sentiu o espectro da guerra civil, ameaçando trabalhadores e soldados de se lançarem uns contra os outros.

— Na madrugada de 25 de Novembro, os pára-quedistas de Tancos, na sequência da sua luta reivindicativa, tomam as Bases mais importantes da Força Aérea. A sua luta dirigia-se contra os seus chefes, os quais, aliás, no próprio dia 25, depois da tomada das Bases, são demitidos pelos pára-quedistas sublevados através dum comunicado lido na RTP.

— A luta dos páras veio a ter um âmbito mais amplo e a generalizar-se no que se denomina tentativa de golpe. Outras forças militares são envolvidas e chega-se ao ponto culminante do confronto, caso do Regimento de Polícia Militar e dos Comandos, onde vieram a perder a vida três militares no dia 26.

— Ainda no dia 25 de Novembro as estações de rádio de Lisboa deixavam de transmitir, passando o País a ser informado, através de comunicados oficiais do Estado Maior General das Forças Armadas, pela Emissora Nacional e pela Rádio Televisão a partir do Porto.

— Na tarde do dia 25 o Presidente da República declarou o Estado de Emergência. Na noite do mesmo dia era declarado o Estado de Sítio parcial na Região Militar de Lisboa incluindo o recolher obrigatório.

— No dia 26 as forças militares implicadas no golpe foram praticamente neutralizadas, continuando-se contudo a viver um ambiente tenso, agravado pelos inúmeros boatos que iam correndo de pessoa para pessoa.

— Os pára-quedistas, depois de abandonarem as Bases que haviam ocupado, recolheram à Base Escola de Tancos onde vieram a render-se e integrar-se na cadeia normal de comando.

Ainda através de comunicados oficiais soube-se:

— que o COPCON havia sido dissolvido e as suas forças integradas no EMGFA.

— Através de um comunicado do Estado Maior General das Forças Armadas o País ficou a conhecer o nome dos militares implicados no golpe e que já haviam sido presos.

— Que o General Otelo Saraiva de Carvalho havia apresentado a sua demissão do posto que ocupava.

— Que o General Fabião fora substituído no lugar de Chefe do Estado Maior do Exército pelo Tenente Coronel Ramalho Eanes, graduado, para o efeito, em General.

— Que o Almirante Rosa Coutinho havia apresentado a sua demissão do Conselho da Revolução.

— Que todas as organizações e pessoas detentoras de armas de guerra as deviam entregar às autoridades militares ou militarizadas.

— Que estava proibida a prática da caça em todo o território Nacional.

— Que os jornais estatizados ficavam proibidos de serem publicados até à sua reestruturação.

— No dia 30 foi autorizada a publicação dos jornais.

— No dia 1 de Dezembro foi levantado o Estado de Sítio e os cidadãos recuperaram as suas liberdades.

HOMENS CESTOS

O «Diário de Lisboa», de 22 de Novembro, inseria nas suas páginas centrais uma reportagem, que, pelo seu interesse, passamos a referir.

A reportagem tinha como título «Quem esconde (ou suprimiu) os «homens cestos» da guerra colonial» e começa com passagens de uma carta de uma mãe que viu desaparecer o seu filho na guerra. Oficialmente disseram-lhe, primeiro, que havia morrido; depois, também oficialmente, que havia desaparecido. Contudo, pessoas conhecidas afirmaram-lhe que haviam visto o seu filho no Hospital Militar, sem pernas e sem braços. Ela procurou-o, mas não o encontrou.

O repórter refere a determinada altura: «O fascismo, ao ver-se derrotado pelo 25 de Abril, não teria mesmo hesitado em escondê-los (ou suprimi-los) para assim evitar que as forças da Revolução viessem a desmascarar aos olhos estupefactos da opinião pública (Nacional e Estrangeira), a faceta hedionda de uma política terrorista e desumana».

Mais adiante refere ainda o repórter: «Mas a ADFA não dorme. E para os seus dirigentes a luta continua. Até à completa solução deste e de outros problemas, entre os quais se inclui, naturalmente, a descoberta do que existe de real no enigma dos «homens cestos», horror inerente a todos os conflitos violentos a que os catorze anos de guerra colonial fascista não poderão ter ficado isentos. Mas que ninguém sabe onde se encontram».

Antes da publicação desta reportagem no «Diário de Lisboa» falámos com o

jornalista. Ele estava na posse de determinados elementos que o levaram a crer que existiam «homens cestos» escondidos. Nós, por nosso lado, temos razões várias e dados concretos para termos quase a certeza de que, de facto, à pergunta posta se esses homens existem, podemos responder que sim. No entanto revelaremos, para já, o que de objectivo conhecemos. Preocupamo-nos, neste momento, com o desenvolvimento de um trabalho que nos leve à descoberta da realidade. Aproveitamos para solicitar a colaboração de todas as pessoas que nos possam ajudar nesta tarefa que se reveste do mais alto sentido humano. Pois não se trata de modo algum de preencher papel de jornal com descobertas destas, que mais têm de pungente que de aparatoso. Trata-se sim, de libertar esses homens, caso eles existam, e reconduzi-los à liberdade, à vida e às suas famílias. Libertá-los de uma prisão a que se viram votados, só por cometerem o crime de ficarem com uma deficiência muito grande e que, a ser apresentada ao povo Português, desmascarava a política dos governantes fascistas e contradizia as suas afirmações de que as guerras coloniais não produziam vítimas.

Estamos determinados em prosseguir este trabalho de investigação e descoberta do maior dos crimes praticados pelos responsáveis das guerras coloniais e exigir, depois de provado esse crime, a condenação desses responsáveis. Não seremos só nós a exigir, estamos certos que todo o povo Português nos acompanhará.

Lisboa, 2 de Dezembro de 1975

Estrangeiro

VIETNAMIZAÇÃO DE ANGOLA

O Vietname, outrora dominado e explorado pelos Franceses, de onde, aliás, vieram a ser expulsos pelo povo vietnamita, veio a sofrer, de seguida, na sua parte sul, o domínio dos Estados Unidos da América, numa tentativa de fixação daquela potência do Continente Asiático, aí estendendo a sua hegemonia. A presença dos Americanos, contestada pelo povo do Vietname, originou um conflito que se veio a saldar pela perda de muitos milhares de vidas de jovens americanos, mas, sobretudo (e isso é que vem contar para a história), pela expulsão dos Americanos do território, traduzida numa derrota militar que terá, além de outros méritos (e o principal é a independência Nacional do Vietname), o de os Estados Unidos pensarem duas vezes antes de se meterem noutra aventura semelhante.

A aventura Americana seguinte poderá ser, ou já é de facto, Angola. Tudo indica que se poderá assistir em Angola à repetição da história do Vietname. Angola, além de geograficamente, não interessar aos Americanos de modo algum que se transforme num território independente, fora da sua influência, tem ainda, como agravante a característica de ser uma das parcelas do globo com maiores recursos económicos que estavam já a ser sugados pelas empresas americanas nos tempos da guerra colonial.

O direito do povo Angolano em criar a sua própria pátria, livre e independente, de traçar os rumos que entender, não passou apenas por Lisboa, passou também pelo Zaire, pela África do Sul e sobretudo pelos Estados Unidos.

Da situação actual à internacionalização do conflito, confrontando-se os interesses das grandes potências, quer no domínio económico, quer no domínio político, vai um curto espaço de tempo. Mas os Americanos, se já pensaram de facto duas vezes e decidiram repetir a aventura do Vietname, então, talvez se possa considerar que os seus actos começam a assumir um carácter marcadamente desesperado. Nem o seu potencial bélico, nem os seus capitais abafarão o grito de independência e vida da jovem Nação Angolana. Tal como não conseguiram no Vietname, não conseguirão em Angola. Por muito fortes que os Americanos sejam nunca conseguirão opôr-se à marcha da história.

A independência de Angola custou milhares de vidas aos Angolanos, custou milhares de vidas de soldados Portugueses, está a custar muitas vidas a Angolanos e mesmo ainda a Portugueses (mercenários) que, conscientes ou inconscientes, fazem da guerra profissão, uma profissão bem paga pelos dólares Americanos.

TIMOR

No dia 27 de Novembro a Fretilin, movimento de libertação do povo de Timor, declarou a independência, substituindo a bandeira portuguesa pela bandeira nacional.

Este acontecimento surpreendeu as autoridades portuguesas que, depois de reunida a Comissão Nacional de Descolonização, não aceitaram a declaração de independência e pretendem a continuação das negociações com os outros movimentos do território que são pró-integração do Timor Leste na Indonésia.

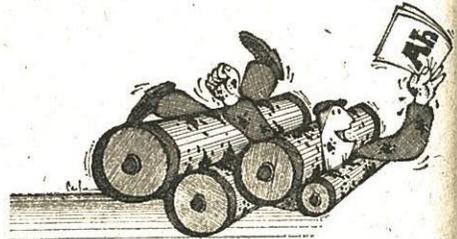
O PRESIDENTE FORD VISITA A CHINA

O socialismo russo e o socialismo chinês, embora baseados nos mesmos mestres clássicos, têm assumido formas de maior rivalidade que, por vezes, o próprio capitalismo e o marxismo. É neste contexto que o representante do imperialismo — «estádio máximo do capitalismo», os Estados Unidos da América, visita a República Popular da China.

A política externa do Presidente Mao passa por uma aliança táctica com o imperialismo americano, do qual, aliás, os chineses sempre revelaram pouco recear, apelidando mesmo a América de «Tigre de papel», demonstrando assim a certeza do definhamento do império dos Fords e dos Rockfellers.

ADFA OFICINAS ESCOLA

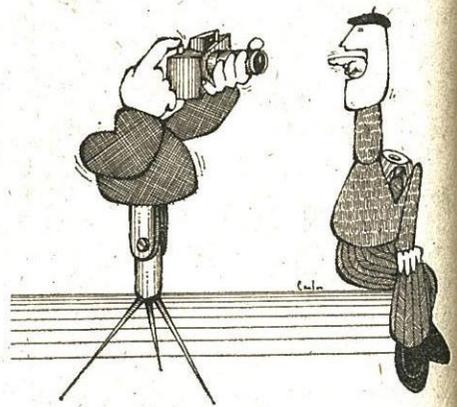
Consulte as Oficinas-Escola da ADFA no Palácio da Independência, Largo de S. Domingos, em Lisboa. Mande executar os seus trabalhos nas Oficinas da ADFA.



Executa todos os trabalhos de tipografia e encadernação



Reparações de rádios, televisores e quaisquer outros aparelhos eléctricos



Executa todos os trabalhos a preto e branco. Muito brevemente, também a cores

PROGRESSISTA SÓ É ESTE POVO

I

Os Deficientes das Forças Armadas Gritam bem alto sem armas. Queremos pão, queremos Paz: Queremos viver em liberdade.

II

Contra a esmola lutamos Para um poder Popular! Ao nosso lado só queremos Soldados e marinheiros E toda a classe operária.

III

Progressista só é este povo Que desfila pelos campos fora Com armas de trabalho em punho Criando assim o pão que come.

IV

Os Deficientes gritam bem alto A conquista dum Governo Popular! Abaixo a burguesia Viva a classe operária.

V

Nós somos um espelho De todo o povo que sofre. Queremos alertar todos os cidadãos Como nós não façam mais pobres.

VI

Nós somos contra as armas de fogo Contra o Exército Burguês. Nós somos uma força viva Deste nobre Povo Português.

VASCO SARAIVA Sócio n.º 1273